

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 119, DE 2016****(Do Poder Executivo)****MSC 218/2016****AV 257/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3633, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marcelândia, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo – MG;
- 2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa – ES;
- 3 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani – MG;
- 4 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 – Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes – AM;
- 5 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 – Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci – AL;
- 6 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns – GO;
- 7 - Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati – PE;
- 8 - Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho – ACRCEAB, no município de Brumadinho – MG;
- 9 - Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio – MG;
- 10 - Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista – MG;
- 11 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 – Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis – SP;
- 12 - Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 – Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu – CE;
- 13 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema – CE;

- 14 - Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab, no município de Tarauacá – AC;
- 15 - Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade – MG;
- 16 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing, no município de Inocência – MS;
- 17 - Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra – BA;
- 18 - Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera – MT;
- 19 - Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller – SC;
- 20 - Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 – Associação Cultural do Município de Indiará, no município de Indiará – GO;
- 21 - Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha – MG;
- 22 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;
- 23 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 – Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos – SP;
- 24 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Esperança de Iguatemi – ACEI, no município de Iguatemi – MS;
- 25 - Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano – RS;
- 26 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo – RN;
- 27 - Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste – MT;
- 28 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 29 - Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci – MG;
- 30 - Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 – Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre – RS;
- 31 - Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul – RS;
- 32 - Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, no município de Meruoca – CE.

33 - Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia – MT;

34 - Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 – Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó – CE;

35 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cultural Amigos de Dorcas de Campos – ASCAD, no município de Dorcas de Campos – MG; e

36 - Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos – SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mussel', with a large, stylized flourish on the left and a sharp, downward-pointing stroke on the right.

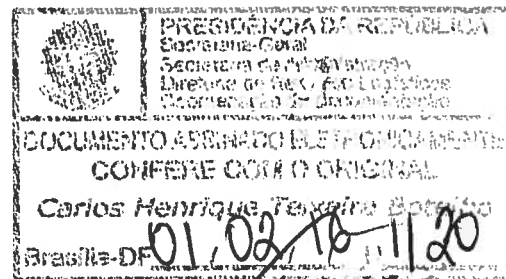
53000.046500/2013-87

Port. 3633/15

EM nº 00017/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046500/2013-87, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PORTARIA Nº 3633/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-87 e nº 53690.001137/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644993** e o código CRC **B7A3B796**.

| | |
|----------------------------|----------------|
| PRIMEIRA SECRETARIA | |
| RECEBIDO Nesta Secretaria | |
| Em 12/05/16 | às 14:30 horas |
| <u>DMR</u> | <u>5876</u> |
| Nome legível | Ponto |

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

MSC 212/2016


A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados


Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,


EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

| |
|---|
| PRIMEIRA SECRETARIA |
| Em 12/05/16 |
| De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências. |
|  Luiz César Lima Costa Chefe de Gabinete |

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 12/Mai/2016 17:06
Folha: 009 Ass.: J
Origem: 1ª SEC



TVR
119/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000.046500/2013-87

:: SEI/MC - 0099689 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ...

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_...



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 22 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 22/08/2014, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0099689** e o código CRC **4C9C055D**.

| | | | | | |
|----|---|---|----|---|---|
| 27 | / | / | 63 | / | / |
| 28 | / | / | 64 | / | / |
| 29 | / | / | 65 | / | / |
| 30 | / | / | 66 | / | / |
| 31 | / | / | 67 | / | / |
| 32 | / | / | 68 | / | / |
| 33 | / | / | 69 | / | / |
| 34 | / | / | 70 | / | / |



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: Renovação de Outorga

Protocolo nº: 53000.046500/2013-87

(Processo de Outorga nº 53690.001137/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA** sediada na localidade de **Marcelândia/MT** tem validade até 31/07/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de agosto de 2013.


VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

LDE

3º

53690.001137/17759



REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA


Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, inscrita no CNPJ sob o nº 02.610.808/0001-16, com sede Rua Barretos, na cidade de Marcelândia, Estado Mato Grosso, CEP 78535-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 636 datada de 05 de outubro de 2000 e Decreto Legislativo nº 383/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 31 de julho de 2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Marcelândia, 23 de julho de 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 046500/2013-87


(assinatura do representante legal da entidade) SEAPA/SCE 02/08/2013-08:29

Nome do representante da entidade: José Vicente de Oliveira
CPF: 328.355.159.68

Slava
12/1

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

| |
|--|
| 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12); |
| 2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. |
| 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; |
| 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual |
| 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3; |
| 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; |
| 7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal; |
| 8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação; |
| 9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora |
| 10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede |
| 11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1 |
| 12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1 |

13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

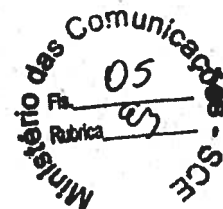

José Vicente de Oliveira (Diretor Presidente)
CPF. 328.355.159.68

Endereço para correspondência : Rua Barretos, 756, na cidade de Marcellandia, Estado Mato Grosso, CEP. 78535-000.

Telefone para contato: 066-3536-1076.

Correio eletrônico (e-mail) radiocidade879@ig.com.br.

DECLARAÇÃO



Declaro para fins de renovação de outorga que a **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia (A.C.C.M)** encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

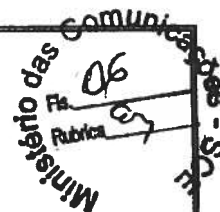
Marcelândia, 23 de julho de 2013.

José Vicente de Oliveira (Diretor Presidente)

CPF. 328.355.159-68



Agência Nacional de Telecomunicações



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E FOLCLORICA DE
MARCELANDIA

CNPJ: 02.610.808/0001-16

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:23 do dia 25/07/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/08/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|--|---|--|--|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.610.898/0001-16 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 29/08/1998 |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELANDIA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-8-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-4-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 389-8 - ASSOCIACAO PRIVADA | | | |
| LOGRADOURO R BARRETO | NÚMERO 756 | COMPLEMENTO | |
| CEP 78.535-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO MARCELANDIA | UF MT |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

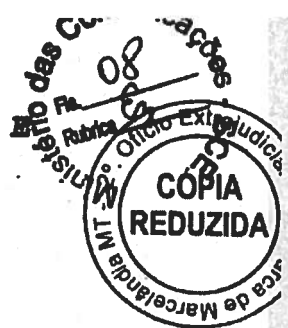
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 25/07/2013 às 16:43:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA - A.C.C.M.



CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

Artigo 1.º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA doravante denominada (sigla) A.C.C.M. é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e de integração social, atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Marcelândia MT, constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupo comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, com sede permanente na Rua Barreto, 756, centro, Marcelândia, MT.

Artigo 2.º - Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- Reunir cidadãos interessados, associados ou não para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente; das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais, e atividades culturais e artísticas;
- Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, solidariedade e cooperação entre os moradores de bairros ou da comunidade estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanha civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;
- Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encami-

Fosco Neres de...
Advogado
OAB/MT: 5.327-A

Estaduto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

foré Vante de Oliveira

2 Pazfany

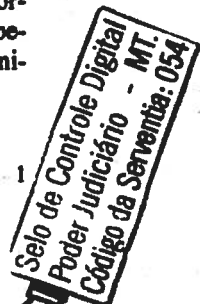
Rodini G. T. Alves



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: A-IV 99117 As 2:20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:22

Ticiany Simionato

Escravente Autorizada



- nhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;
- f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país, e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informações sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania.
- g) Explorar o Serviço de Radiodifusão comunitária sonora, de acordo com a Lei 9.612/98 pertinente a Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia-(A.C.C.M.), atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (Art. 5.º Inciso IX da Constituição Federal do Brasil).

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Artigo 3.º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Marcelândia - MT sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária. Também podem se associar pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sedliadas na localidade, com direito de escolher, através de seus representantes legais, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes

Parágrafo Primeiro - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo Segundo - Ao encaminhar sua Inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo Terceiro - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

fora Vicente de Oliveira

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

2. Pargfau

Rodriwi B. Alves

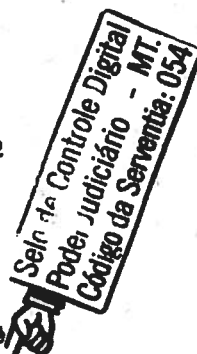


AUTENTICAÇÃO

Conferi com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Assinatura Digital: AHM 99118 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 Assinatura: Ato: 09 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.j.j.mt.gov.br/seios
 Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:22

Ticiany Simionato

Escritor Autorizada



Foro Nobres da Silva
 Advogado
 OAB/MT: 5.327-A

- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** - os que se inscreverem após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Artigo 4.º - São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus, os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções aprovadas pela diretoria, conselhos ou Assembléia;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas assembleias comunicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Artigo 5.º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderá ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo Primeiro - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo Segundo - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de (6) seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

CAPITULO III DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO.

Artigo 06.º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;

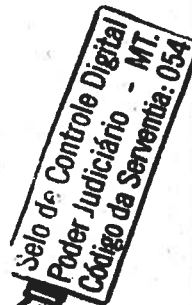
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHV 99114 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2019 14:22

Ticiany Simionato

Escritor Autorizada



- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído em seus Impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Artigo 07.º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Artigo 08.º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Artigo 09.º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Artigo 10.º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Artigo 11.º - Caberá ao Segundo Tesoureiro:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

fora da conta de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Paulo

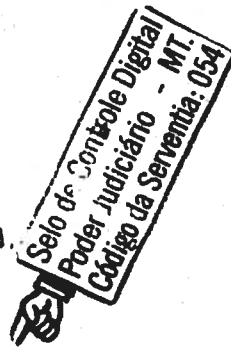
Roberto G. Alves



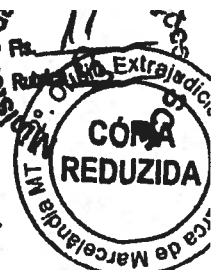
AUTENTICAÇÃO
Conferi com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 99110 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Ord. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013

Tielany Simionato

Escrevente Autorizada



Fausto Roberto da Silva
Advogado
OAB/MT: 5.327-A



b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Parágrafo Primeiro: Para Gestão da Emissora de Radio Difusão comunitária fica instituída função de Diretor de Operações (Diretor Geral da Emissora) com as seguintes funções:

a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;

b) Implementar e supervisionar a grade programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

c) Definir os horários e tipos de programas que serão transmitidos durante o tempo de permanência da emissora no ar, que deverá sempre ser discutida.

d) Contratar e demitir com conhecimento do presidente da Associação pessoas para o desempenho das funções necessárias da emissora radcom.

Parágrafo Segundo: Fica instituído o Conselho Comunitário com as seguintes atribuições:

a) Acompanhar divulgações da associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;

b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Terceiro: O Conselho Comunitário será composto por (5) cinco pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, culturais, de bairro ou de moradores, etc, desde que legalmente instituídas.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Artigo 12.º - O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria para funções diretivas ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou ao Conselho *sem a devida autorização da Diretoria, e quando sujeito a cobrança, com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.*

Artigo 13.º - As mensalidades, e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Artigo 14.º - A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens ou, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovados em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

Parágrafo único: Não poderá ser objeto de transferência, sob qualquer pretexto, a autorização para execução dos serviços de radiodifusão comunitária

Jose Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Paula

Rodinei G. Dias



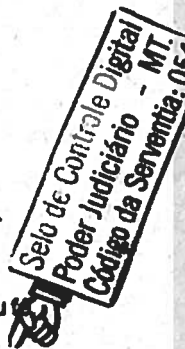
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 99111 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cód. At: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 29 de julho de 2013 14:22

Ticiany Simonato

Escrevente Autorizada



Fausto Nobres da Silva
Advogado
OAB/MT: 5.327-A



CAPITULO V
DAS ELEIÇÕES



Artigo 15.º - Os sócios poderão votar, para escolher seus representantes, desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Artigo 16.º - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Artigo 17.º - Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Artigo 18.º - As chapas poderão inscrever-se até 30 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Artigo 19.º - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público fixado na sede da associação, em locais públicos, nas sedes das entidades do conselho comunitário, não sendo permitido menos de que pontos de divulgação.

Artigo 20.º - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Parágrafo Único: Havendo inscrição de chapa única o presidente poderá por meio de consulta a assembléia geral propor a votação por meio de aclamação.

Artigo 21.º - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 22.º - A Presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Artigo 23.º - O Atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia obedecendo ao capítulo Da Reforma Do Estatuto E Da Dissolução.

CAPITULO VII
DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Foro Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

2º Oficial

Rodini B. Alves

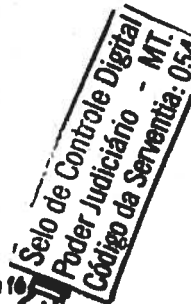


AUTENTICAÇÃO

Compare com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Cartório: AHV 98112 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Cod. Ass. 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013 13:22

Ticiany Simionato

Escritor Autorizada



17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
85

Artigo 25.º - A presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Parágrafo Primeiro - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo Terceiro - Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo Quarto - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo Quinto - A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretario será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléa.

Artigo 27.º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de maio e terá por objetivo:

Artigo 28.º - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Avaliação e prestação de contas da Diretoria, alteração estatutária ou destituição dos dirigentes, bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária;

Estado Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Cartório
2º
Ofício

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Meio Digital: AHM 99113 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registro
 Cid. Ad: 06 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.jm.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:22

Ticlan's Simionato

Escritor Autorizado

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 0

- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos na forma da letra (c) deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Parágrafo único: Para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da assembleia geral convocada especialmente para esta finalidade cujo quorum é o estabelecido no art. 31 deste estatuto.

Artigo 29.º - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Artigo 30.º - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Artigo 31.º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo Segundo - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Artigo 32.º - Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuando o disposto na letra (c), do Artigo 28.º.

CAPITULO IX

DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.

Art. 33 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes).

Artigo 34.º - A dissolução da Associação Comunitária cultural e Folclórica de Marcelândia - A.C.C.M ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.)

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35.º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado, ouvido o Presidente da entidade).

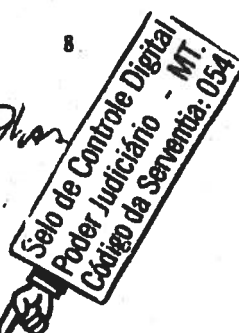
fora Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. At.: 06 Cod. Cartório: 054. Cons. www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada



Fausto Nobres de Silva
Advogado
OAB/MT: 5.327-A



Artigo 36.º O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 18 de setembro de 2009, no mês de setembro do ano de dois mil e oito e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar).

Parágrafo único - Os filiados não subsidiariamente respondem pelas obrigações sociais.

Marcelândia, 22 de março de 2009.

João Vicente de Oliveira
Presidente

Paulo Faust

Roberto G. F. M.

Fausto Wagner da Silva
Advogado
OAB/MT: 5.327-A

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 99109 RA 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Ass. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:22

Cartório
2º Ofício
Marcelândia-MT - 2º Ofício de Registro

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: n.

Escritório Simonato
Escritor Autorizada

20/3/2013



Ata nº 001/2013.

Reunião da Assembleia Extraordinária
Substituição de membros da Diretoria e Conselho
Comunitário que mudaram desta localidade.

Aos 20 dias do mês de março do ano
de dois mil e treze mediante convocação
extraordinária do Diretor da Associação
Com. Cult. E Folc. de Marcelândia, realizou-se a
Assembleia extraordinária nas dependências
da Associação onde reuniram-se os associados
residentes no município de Marcelândia estado
de Mato Grosso com a finalidade de substituir
membros da Associação Cultural e Folclórica de
Marcelândia MT que mudaram para outras
localidades. Para presidir e secretariar a reunião
foram aclamados respectivamente o Sr. Rodinei
garcia Alves e Terenisse Anselmo de Souza.
Tomando a palavra o Sr. ~~Presidente da Associação~~
deu-se por iniciado os trabalhos, observando
estar o quadro de associados com número suficiente
de quorum, Sr. Presidente da Assembleia oficializou
a instalação da assembleia extraordinária lendo
para os presentes a ordem do dia onde constava
a substituição de membros da diretoria e conselho
comunitário em continuidade, solicitou a senhora
secretaria que apresentasse a relação dos nomes
que atendessem as exigências ao estatuto para
tal fim. foi apresentada os seguintes nomes
Valmir da Silva Oliveira e Antônio Vilela Andrade.
Após apresentada relação de nomes aos associados
para que procedessem a escolha dos novos membros
de acordo com o artigo vigésimo oitavo alínea "d" d



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHV 99115 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 20 de julho de 2013 14:22

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

estatuto peial das associações foram aclamados
Pelo associados os seguintes nomes: Tolmir da
Silva Oliveira como 2º Secretário em substituição
a Adair de Souza; Antônio Vilela Andrade - representante
do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Sustentável (CMDRS) como membro do Conselho
Comunitário em substituição a Valtter Yoshi Haru
Kajiyama que se mudaram do município sendo
aclamado por unanimidade pelos presentes, a
senhora secretária propôs a o Pr. Presidente da
Associação que presidesse a posse dos presentes
escolhidos para compor a administração da
Associação Comunitária Cultural e Folclórica de
Marcelândia pelo prazo restante do mandato.
Com a palavra a senhora presidente da Associação
agradeceu a presença de todos e não havendo
mais nenhum item na ordem do dia deu
por encerrado a Assembleia extraordinária, em
veronice Conselho de Souza lavrê a presente ata
que será assinada pelo presidente, por mim e
por três dos associados representando os demais
presentes como determina o estatuto em seu
Capítulo VIII parágrafo quinto.
Marcelândia - Mato Grosso, 20 de março do ano 2013.

2º representante de Oliveira
José Vicente de Oliveira
Presidente

Uldemar da Silva
Vice Presidente

2º representante
Veronice Conselho de Souza
1º Secretária

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Elaine Sicocondo
Tabelia
Marcelândia-MT

* Rodinei G. Dha
Rodinei Garcia Alves.
Teseuero

* Valmir S. Oliveira
Valmir da Silva
2º Secretário

* Lucas G. de Oliveira
Lucas Cruz de Oliveira
2º Teseuero

* Saldivene Augusto
* Antonio V. Kelly Andrade
* Paulino Porcilio Batista



**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Registro de ATA 01-2013
Apresentante ACCM
Registro nº 25-004 Fls 102-104
Livro A-003 Arq/Prot 230
Em Test y da verdade
Marcelândia-MT 9 14 2013

Eliane Giocondo
Eliane Giocondo
Teseuê

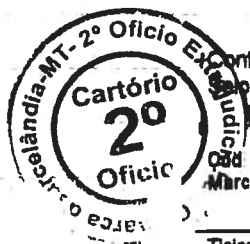
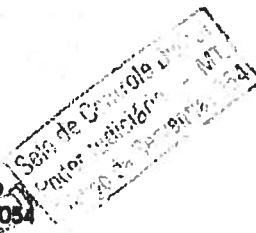
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros Cod. Serventia: 054

Cod. Ato(s): 107

AGA 99135 y

R\$ 48,80

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

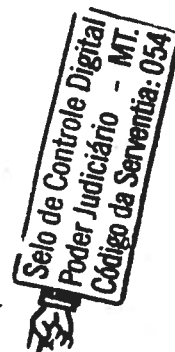
Selo Digital: AHN 99116 R\$ 2,20

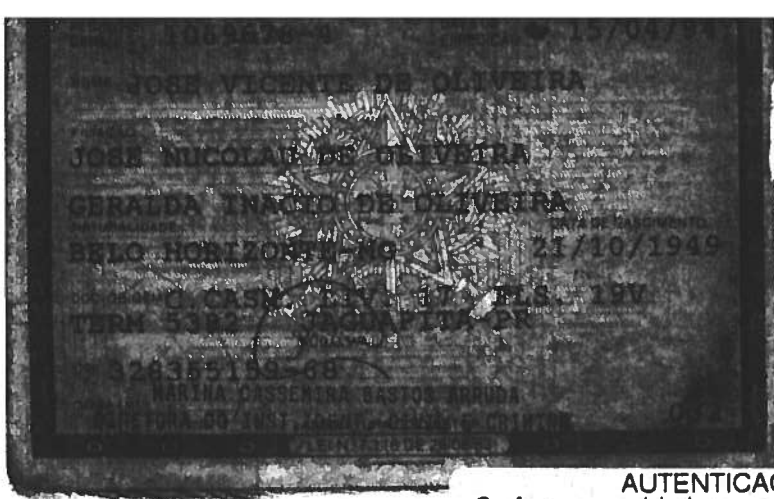
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 28 de junho de 2013 14:22

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada





AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AGX 70760 R\$ 2,20

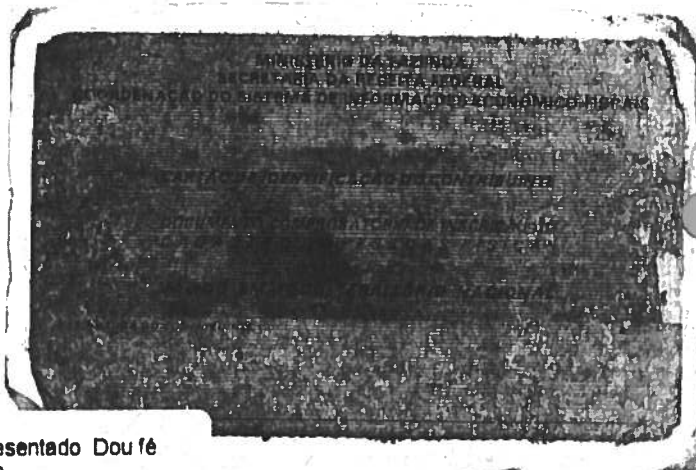
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 18 de junho de 2013 13:55

Eliane Giocondo

Tabela

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AGX 70759 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 18 de junho de 2013 13:55

Eliane Giocondo

Tabela

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE SAIVA

1095828-2

WAGNER CID DA CUNHA

JOSE ONOFRINO DA CUNHA

ELZA MARIA DOS SANTOS

LONDRINA-PR

C.NASC. LTV. N4 FL5.264

TERM 164090 LONDRINA-PR

CPF 631729841-68

MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO 12/02/1973

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1095828-2

DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/1973

NOME WAGNER CID DA CUNHA

EMISSÃO

JOSE ONOFRINO DA CUNHA

ELZA MARIA DOS SANTOS

LONDRINA-PR

C.NASC. LTV. N4 FL5.264

TERM 164090 LONDRINA-PR

CPF 631729841-68

MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO 12/02/1973

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AHM 99142 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato. 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2010 14 35

Selo de Controle Digital:
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

631.729.841-68

WAGNER CID DA CUNHA

12/02/1973

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

13 de maio de 2007

CORREIOS
www.correios.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AHM 99143 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato. 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2010 14 35

Selo de Controle Digital:
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07/08/10-9 04/11/2002

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA
FABRIM

ANSELMO DE SOUZA
APARECIDA GARCIA DE

DATA DE NASCIMENTO
05/08/1970

CPF: 631.754.361-53

2VIA-104

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. ARCELO MENDES DE PAIVA

POLEGAR DENTISTA

Veronisse Anselmo de Souza

SECRETARIA DO TITULO

CARTEIRA DE IDENTIDADE



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98919 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

631.754.361-53

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM

05/08/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

ABRIL 2003



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98920 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/2012

NOME VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

ABEL DA SILVA OLIVEIRA

ILDA ROSA PAES DA SILVA

NATURALIDADE TERRA RICA-PR

DATA DE NASCIMENTO 10/12/1966

DOC ORIGEM: C. CARM. LIV. B2 FLS. 034

TERM 34

MARCELÂNDIA MT

CPF 580540819-57

104

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES RIBEIRO

POLEGAR DIREITO

Valmir da Silva Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Selo Digital AHM 98924 R\$ 2.20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

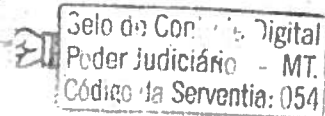
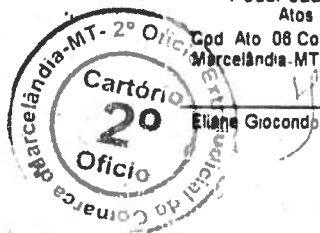
Atos de Notas e Registros

Cod Ato 08 Cod Cartório 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013 10 40

Eliane Giocondo

Tabela



NASCIMENTO 10.12.66

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Selo Digital AHM 98923 R\$ 2.20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

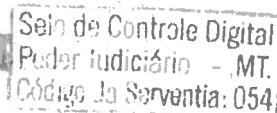
Atos de Notas e Registros

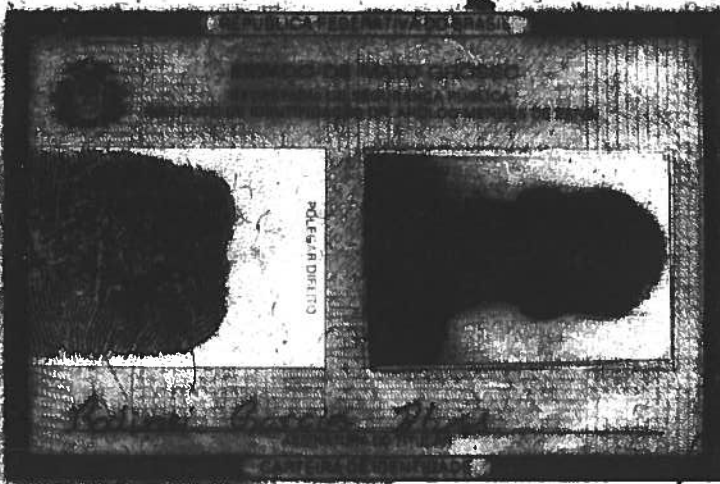
Cod Ato 08 Cod Cartório 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013 10 40

Eliane Giocondo

Tabela





1003981-0
 RODRINE GARCIA ALVES
 MARCELO GUILHERME ALVES
 MARIÁ ALICE GARCIA ALVES
 AMARANT-MS
 26/09/13
 022896051-74

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AHM 99146 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

At. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
 Carcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:35

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AHM 99147 R\$ 2,20

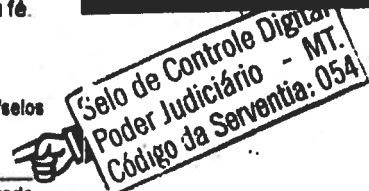
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

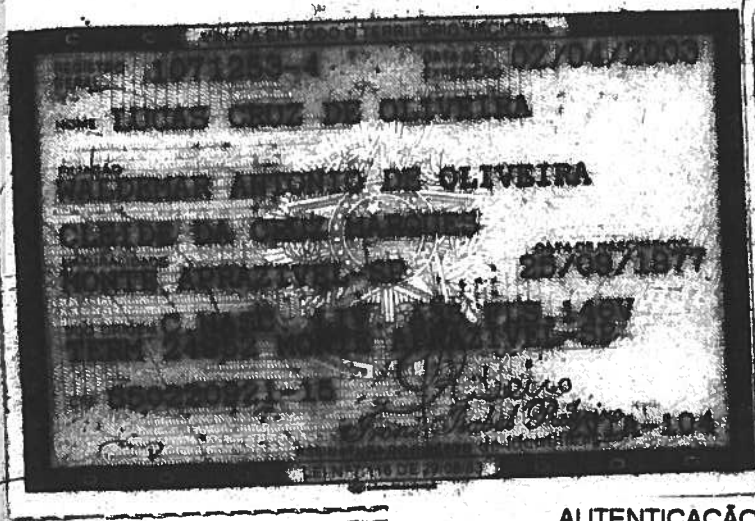
Atos de Notas e Registros

At. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
 Carcelândia-MT, 26 de julho de 2013 14:35

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada





AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AHM 98921 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013

10:40

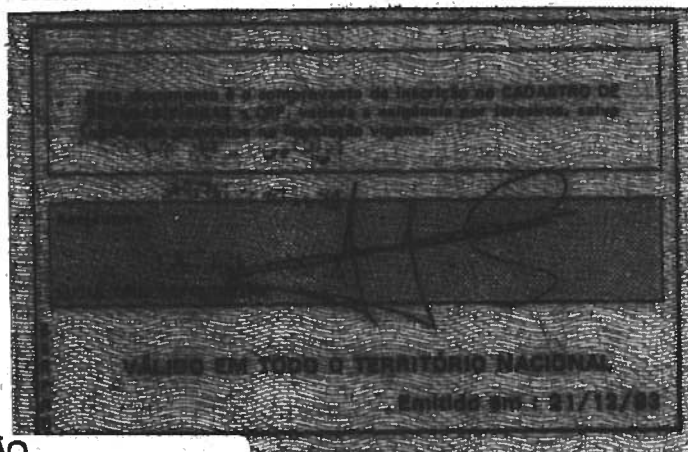
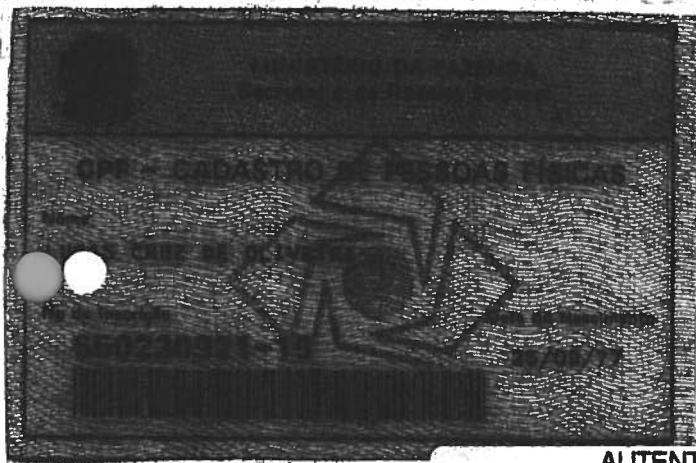


Lucas Cruz de Oliveira

Lucas Cruz de Oliveira

Tabella

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AHM 98922 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013

10:40



Lucas Cruz de Oliveira

Lucas Cruz de Oliveira

Tabella


Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, José Vicente de Oliveira, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Marcelândia, 23 de julho de 2013.


José Vicente de Oliveira (Diretor Presidente)
CPF. 328.355.159.68

DECLARAÇÃO



Declaro para fins de renovação de outorga que as pessoas abaixo são responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, bem como atestar a nacionalidade dessas pessoas juntando os respectivos documentos de comprovação.

| Nome Completo | Área de atuação | Nacionalidade |
|--------------------------|-------------------------|----------------------|
| Wagner Cid da Cunha | Gestor de atividades. | Brasileira. |
| Antonio Tavares da Silva | Editor. | Brasileira. |
| Rodinei Garcia Alves | Diretor de programação. | Brasileira. |

Marcelândia, 23 de julho de 2013.

José Vicente de Oliveira (Diretor Presidente)

CPF. 328.355.159.68

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE MATTOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

REGISTRO GERAL 1095828-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/09/91

NOME WAGNER CID DA CUNHA

FILIAÇÃO JOSE ONOFRINO DA CUNHA

ELZA MARIA DOS SANTOS

NATURALIDADE LONDRINA-PR

IDOC ORIGEM C/NASC? LIV. 114 FLS. 264

TERM 164090 LONDRINA-PR

CPF 631729841-68

CUNHA - MT MARINA CASSENIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

03

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé

Selo Digital AHM 99140 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Cod. Ato. 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos

Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013

14 35

Ticiany Simonato

Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

631.729.841-68

WAGNER CID DA CUNHA

12/02/1973

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Maio 2001

CORREIO

www.correios.gov.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé

Selo Digital AHM 99141 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Cod. Ato. 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos

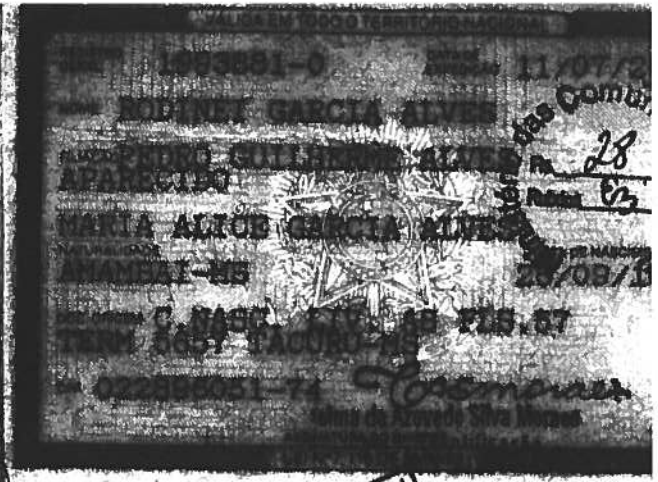
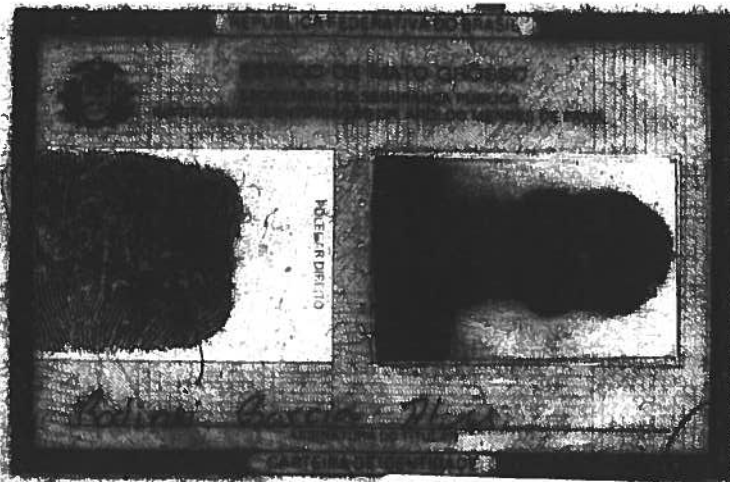
Marcelândia-MT, 26 de julho de 2013

14 35

Ticiany Simonato

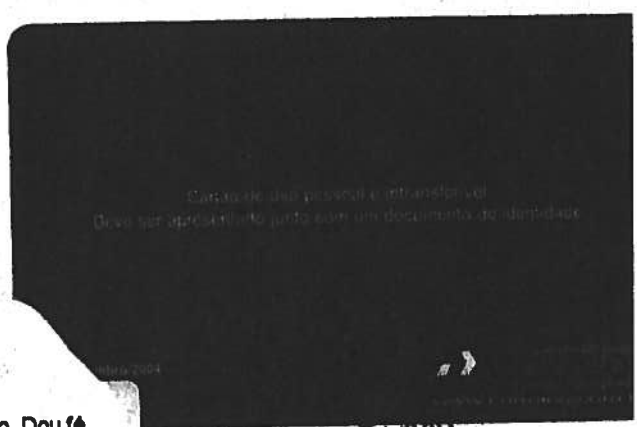
Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054.



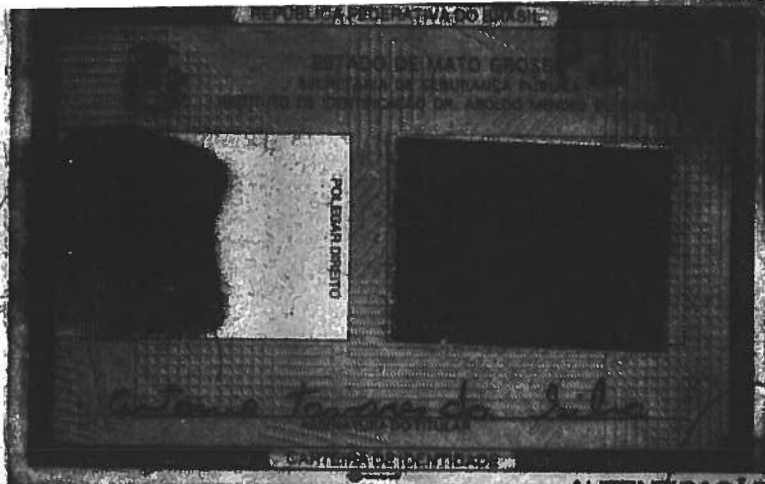
AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: AHV 99144 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 No. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
 Maracá-MT, 28 de julho de 2013 14:35
 Tereza Simionato
 Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT.
 Código da Serventia: 054



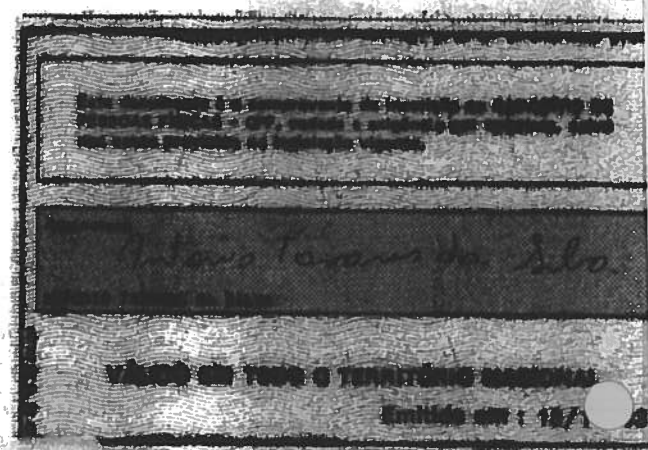
AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: AHV 99145 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 No. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
 Maracá-MT, 28 de julho de 2013 14:35
 Tereza Simionato
 Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT.
 Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHV 98910 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Of. 08 Cód. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
20 de julho de 2013 10:12
Simionato
Escritor Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo AHV 989 1 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Of. 08 Cód. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
20 de julho de 2013 10:12
Simionato
Escritor Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 054

Relatório De Avaliação Do Conselho Comunitário.

Ministério das Comunicações
30
Fm
Rádios

Apos reunião realizada pelos membros do Conselho Comunitário Da Associação Comunitária Cultural E Folclórica De Marcelândia em 13 de Abril de 2013 as 17:30h, e com base no acompanhamento da programação diária da emissora e seus trabalhos desenvolvidos junto a comunidade avaliamos que esta emissora de radio comunitária tem desempenhado um importante papel junto a comunidade. Pois a mesma tem uma programação que busca informar e promover o lazer, realizando e apoiando manifestações culturais, artísticas e folclóricas, promovendo debates, divulgando eventos culturais, comunicados, recados, pedidos de ajuda, ações e realizações da população local e das demais associações e entidades desta localidade. Salientamos ainda que a Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia – Radio Comunitária Cidade Fm também tem participado ativamente do dia a dia da população realizando e divulgando campanhas conscientização, prevenção e cuidados com o bem estar da população local.

Respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família prestando serviços de utilidade publica, e garantindo o direito de qualquer cidadão emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora. Com espaço aberto para que os mesmos possam manifestar suas idéias, propostas, sugestões, reclamações e reivindicações.

Sendo assim avaliamos como de fundamental importância a presença desta emissora de radio comunitária para a comunidade local, assinam este relatório de avaliação os membros deste Conselho Comunitário: Antonio Vilela Andrade – Representante Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel, Angelita Porto Prada – Representante Do Conselho Municipal De Cultura, Gisele Da Silva – Representante Da Associação Das Donas De Casa De Marcelandia e Patricia Gasque Pires Cian – Representante Da APAE, Valdirene Augusto – Representante Do Clube De Mães.

Angelita Porto Prada
Angelita Porto Prada
CPF. 543.375.189-91

Antonio Vilela Andrade
Antonio Vilela Andrade
CPF. 030.643.361-34

Valdirene Augusto
Valdirene Augusto
CPF. 021.423.341-30

Gisele Da Silva
Gisele Da Silva
CPF. 739.727.381-53

Patricia Gasque Pires Cian
Patricia Gasque Pires Cian
CPF. 580.845.411-53

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: n°



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AGC 78404 R\$ 2,10
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 064. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 30 de abril de 2013 14:28
Elaine Giacinto
Tabella

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ANGELITA PORTO PRADA
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.898.270
NOME ANGELITA PORTO PRADA
FILIAÇÃO ARNOLDO PORTO
ROSA DE MELO PORTO
NATURALIDADE PRESIDENTE NEREU SC
DOC ORIGEM C CAS 471 LV 8 FL 6
CART KALBUSCH LONTRAS SC
CPF 543.375.189/91
CID DO SUL SC
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.118 DE 29/08/63

19/04/1966
Fls. 31
Rubrica Em
DATA DE NASCIMENTO 10/ABR/1966
Bel. Roberto Schulz
Delegado Regional de Pol. Civil

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98852 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ass. de Notas e Registros
Cod. Mo. 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 24 de julho de 2013 15:08
Tribunal Signatário
Escrivente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

C/C

ANGELITA PORTO PRADA

Assinatura do Titular

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SUPLENTE DE INFORMÁTICA E ECONOMIA FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUÍVEL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRIBUÍVEL

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUÍVEL

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98853 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ass. de Notas e Registros
Cod. Mo. 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 24 de julho de 2013 15:08
Tribunal Signatário
Escrivente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE FAIVA

POLEGO DA DIREÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1735204-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/08/2013

NOME VALDIRENE AUGUSTO

FILIAÇÃO DAVID AUGUSTO

MIRACI HENRIQUE AUGUSTO

NATURALIDADE MUNDO NOVO-MS DATA DE NASCIMENTO 05/08/19

DOC ORDEM C.NASC. LIV FA-19 FLS.126V

TERM 12712 MUNDO NOVO-MS

CPF * * * *

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98894 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cód. No: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Maracandia-MT, 25 de julho de 2013 9:40

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

021.423.341-30

VALDIRENE AUGUSTO

05/08/1988

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Agosto/2013

CORREIOS



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98895 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cód. No: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/selos
Maracandia-MT, 25 de julho de 2013 9:40

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

Patricia Gasque Pires Ciani
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MOORE - PORCELA, APROX. 112x8

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO Nº 0908517-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/02/13

NOME PATRICIA GASQUE PIRES FARIAS

FILIAÇÃO WILSON MESSIAS PIRES

ELZA GASQUE PIRES

NATURALIDADE CORONEL GOULART-SF DATA DE NASCIMENTO 25/02/1971

DOC ORIGEM C.CASM. LIV. B03 FLS.39V
TERM 278 MARCELANDIA-MT

CPF 580845411-53

Crescencio Costa Leite
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

2VIA-6

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98896 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.jmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013 9:40

Cartório 2º Ofício
Ticiany Simonato
Escritura Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

Nome PATRICIA GASQUE PIRES

Nº do Documento 580845411-53

DATA DE EMISSÃO 28/02/13

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. Valida e completa em todo o território nacional.

WILSON MESSIAS PIRES

WILSON MESSIAS PIRES

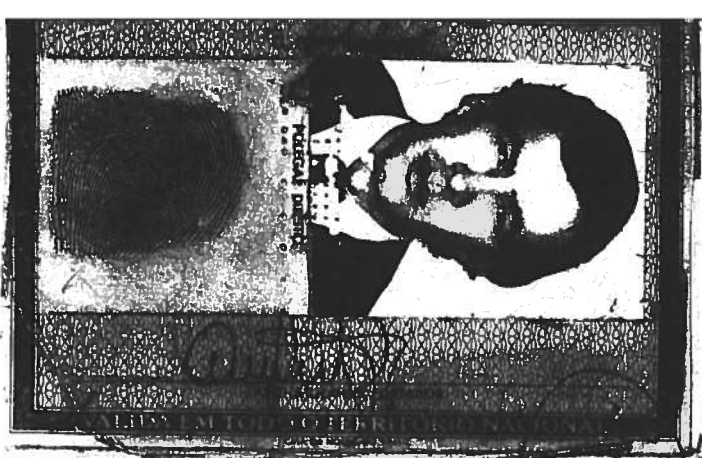
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em 28/02/13

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98897 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.jmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 25 de julho de 2013 9:40

Cartório 2º Ofício
Ticiany Simonato
Escritura Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital: AHM 98874 R\$ 2,28

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/seios
Mato Grosso-MT, 25 de julho de 2013 19/04



Ticiana Simionato

Escritor Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secretaria de Registro Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ANTONIO VILELA ANDRADE

Nº de inscrição
030643361-34

Data de Nascimento
17/06/48

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida a partir da data de emissão, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Antonio Vilela Andrade

VALÍDIO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 27/10/94

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado Dou fé.
Selo Digital: AHM 98875 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros

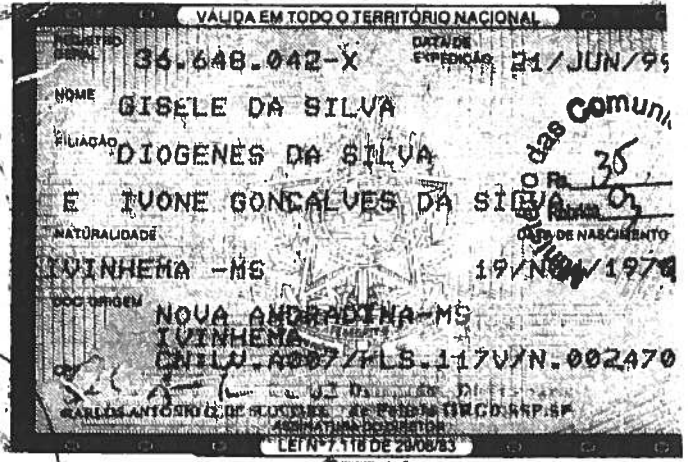
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/seios
Mato Grosso-MT, 25 de julho de 2013 19/04



Ticiana Simionato

Escritor Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

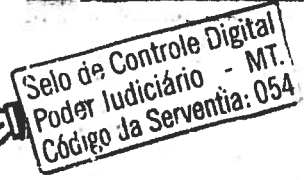


AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98850 R\$ 2,20



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.trtmt.gov.br/selos
Maracandia-MT, 24 de julho de 2013 15:08



Ticiany Simonato Escrevente Autorizada



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AHM 98851 R\$ 2,20



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.trtmt.gov.br/selos
Maracandia-MT, 24 de julho de 2013 15:08



Ticiany Simonato Escrevente Autorizada

**RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS
DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA
DE MARCELÂNDIA.**



| | |
|---|-------------------------|
| Nome: JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA End.: R. CORUMBA, 1042, CENTRO | RG. 10696784 SSP/MT |
| Nome: WAGNER CID DA CUNHA End.: R. SINOP, 797, VILA IZABEL | RG. 10958282 SSP/MT |
| Nome: VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM End.: R. IPIXUNA, 1476, CENTRO | RG. 07189109 SSP/MT |
| Nome: VALMIR DA SILVA OLIVEIRA End.: R. LONDRINA, 341, CENTRO | RG. 26430584 SSP/MT |
| Nome: RODINEI GARCIA ALVES End.: R. BARRETOS, 756 "B", CENTRO | RG. 19938810 SSP/MT |
| Nome: LUCAS CRUZ DE OLIVEIRA End.: R. TUPY, 1519, VILA TUPY | RG. 10712534 SSP/MT |
| Nome: ANTONIO VILELA ANDRADE End.: ASSENTAMENTO TUPÃ, SÍTIO ALVORADA | RG. 054413 SSP/MT |
| Nome: GISELE DA SILVA End.: RUA BARRETOS, 1227, CENTRO | RG. 36648042X SSP/SP |
| Nome: ANGELITA PORTO PRADA End.: R. CORUMBA, 1042, CENTRO | RG. 1892270 SSP/SC |
| Nome: VALDIRENE AUGUSTO End.: Av. COLONIZADOR JOSÉ BIANCHINE, S/N, CENTRO | RG. 17352045 SSP/MT |
| Nome: PATRICIA GASQUE PIRES End.: R. CURITIBA, 97, VILA TUPY | RG. 908517 SSP/MT |
| Nome: IZAURA DE SOUZA RUAS End.: R. MAURO MATOS ROCHA, 1423, VILA ESPERANÇA | RG. 1217087-9 SSP/MT |
| Nome: ROGERIO NAVARRO End.: R. DOS LÍRIOS, 15, JARDIM PARAISO | RG. 12134120 SSP/MT |
| Nome: ADEMIR BORGES End.: R. AMAVOLI DOS SANTOS, 1387, VILA ESPERANÇA | RG. 77311840 SSP/PR |
| Nome: CLEONICE REZENDE End.: R. MANOEL ALVES DE CARVALHO, 46, VILA TUPY | RG. 14375040 SSP/MT |
| Nome: SEBASTIÃO VASCONSELOS ALMEIDA End.: R. ANGELINS, 584, JARDIM ITAUBAS | RG. 1663297 SSP/MT |
| Nome: RUFINO PAULINO DOS SANTOS NETO End.: R. GIRASOL, 36, VILA IZABEL | RG. 15891496 SSP/MT |
| Nome: JOSÉ CARLOS DE SOLZA End.: R. GUAIRA, 737, CENTRO | RG. 34953716 SSP/PR |
| Nome: GLAUCIO PEREIRA PASSARINHO End.: R. RAMON GARCIA, 1177, VILA ESPERANÇA | RG. 16724933 SSP/MT |
| Nome: PAULINO TARCILIO BORGES End.: R. DOMINGOS MARTINS, 332, JARDIM ITAUBAS | RG. 10957545 SSP/MT |
| Nome: ELANIA REZENDE FERNANDES End.: R. NOVO HORIZONTE, 1946, VILA IZABEL | RG. 170597 SSP/MT |
| Nome: DORILANE GAUNA RODRIGUES End.: R. VARZEA GRANDE, 906, VILA IZABEL | RG. 001080883 SSP/MS |

| | |
|--|------------------------|
| Nome: CLEODENICE BOLIERO REZENDE End.: R. TERRA RICA, 1436, JARDIM TERRA RICA | RG. 1217143 SSP/MT |
| Nome: RAFAEL HANAUER End.: R. DOMINGOS MARTINS, 1897, VILA IZABEL | RG. 4478831 SSP/SC |
| Nome: HERCULANO FERREIRA DOS ANJOS End.: R. MARIA CRISTINA, 1376, VILA ESPERANÇA | RG. 1057997 SSP/MT |
| Nome: WANDERLEIA APARECIDA ROMEIRO End.: R. VEREADOR TIO OTAVIO, 1409 | RG. 856982 SSP/MT |
| Nome: IZAURA APARECIDA DE FREITAS End.: R. JOAQUIM HILARIO, 379, CENTRO | RG. 1574339 SSP/PR |
| Nome: EDERLEI DOS REIS NUNES End.: R. JULIO BILENK, 1035, VILA ESPERANÇA | RG. 17075963 SSP/MT |
| Nome: ROGEIRO DOS SANTOS End.: R. AIRTON SENA, 1835, VILA ESPERANÇA | RG. 11990775 SSP/MT |
| Nome: LEANDRO DOS SANTOS FARIAS End.: R. FERNANDO DE NORONHA, 188, CENTRO | RG. 17552079 SSP/MT |
| Nome: DAVI DONIZETE DA SILVEIRA End.: R. CAMBIRA, 1265, CENTRO | RG. 9926545 SSP/SP |
| Nome: KETLYN MAIARA SILVA DE LIMA End.: R. MAURO SANTOS ROCHA, 1035, VILA ESPERANÇA | RG. 22711120 SSP/MT |
| Nome: MADALENA BARISTA PINTO End.: R. JULIO BILENKE, 1144, VILA ESPERANÇA | RG. 12140163 SSP/MT |
| Nome: PAULO CARLOS CHARAVARA DE MATOS End.: R. ELIO COVALESKE, 1302, VILA ESPERANÇA | RG. 10712054 SSP/MT |
| Nome: SIRLENE MARIA DE ANDRADE End.: R. DOS LIRIOS, 12, JARDIM PARAISO | RG. 17834627 SSP/MT |
| Nome: ANTONIO TAVARES DA SILVA End.: R. CORUMBA, 1142, CENTRO | RG. 864962 SSP/MT |
| Nome: ODAIR MANSANO MARTINS End.: RUA TUPY, S/N, VILA TUPY | RG. 10703853 SSP/MT |
| Nome: GISELE TACIANE PRANGE End.: R. GUARANI, 1548, VILA TUPY | RG. 2428345 SSP/MT |
| Nome: TERESINHA LUCIA MARTINELLI End.: R. GUAIRA, 737, CENTRO | RG. 66389391 SSP/PR |
| Nome: JOSÉ APARECIDO INACIO End.: R. CEDROS, 49, JARDIM PARAISO | RG. 39601966 SSP/PR |
| Nome: RONALDO DE SOUZA MESQUITA End.: R. MAURO MATOS ROCHA, 1313, VILA ESPERANÇA | RG. 20691440 SSP/MT |
| Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA End.: R. ROSA DE PAULA, 1117, VILA ESPERANÇA | RG. 09764186 SSP/MT |
| Nome: SALETE PRANGE End.: R. GUARANI, 1548, VILA TUPY | RG. 970410 SSP/MT |
| Nome: ANGELA MARIA DA SILVA CAMARGO SOUZA End.: VANUZA DE SOUZA, 1118, VILA ESPERANÇA | RG. 16918770 SSP/MT |
| Nome: CANUTO GONÇALVES DE OLIVEIRA End.: R. ARAPONGAS, 1216, VILA TUPY | RG. 00671428 SSP/MT |
| Nome: JOSNEI DA SILVA CARNEIRO End.: CHACARA BOA ESPERANÇA, S/N, VILA ESPERANÇA | RG. 1071818 SSP/MT |

| | |
|---|-----------------------------|
| Nome: JOSÉ AGUINALDO FLOR End.: R. MARIA CRISTINA RODRIGUES, S/N, VILA ESPERANÇA | RG. 10700986 SSP/MT |
| Nome: OSVALDINO DE ALMEIDA End.: R. ALVES DE CARVALHO, S/N, VILA TUPY | RG. 92024709 SSP/PR |
| Nome: JUSTINO TOLEDO End.: R. DOMINGOS MARTINS, 1396, CENTRO | RG. 3569219 SSP/SP |
| Nome: VALDOMIRO BIONDARO End.: R. LONDRINA, 1073, CENTRO | RG. 12033871 SSP/MT |
| Nome: ANTONIO LUIZ TEIXEIRA ARAUJO End.: R. BEIJA FLOR, 1339, VILA ESPERANÇA | RG. 14775301 SSP/MT |
| Nome: REINALDO DA SILVA End.: R. ESTADIO, 2414, VILA IZABEL | RG. 6189225 SSP/PA |
| Nome: EZEQUIEL FERREIRA End.: R. PARANAVAI, 770, VILA IZABEL | RG. 803859 SSP/MT |
| Nome: LEILIANE BRANCO PROENÇA End.: R. SINOP, 797, VILA IZABEL | RG. 23663707 SSP/MT |
| Nome: MARIA PEREIRA DOS REIS End.: R. VARZEA GRANDE, 918, VILA IZABEL | RG. 15466299 SSP/MT |
| Nome: MARIA JOSÉ DA CRUZ End.: DOMINGOS MARTINS, 332, JARDIM ITAUBAS | RG. 918641 SSP/MT |
| Nome: LAURA MARTINS DA ROCHA E SILVA End.: R. ALTAMIRA, 1449, RESIDENCIAL TERRA RICA | RG. 1216465 SSP/MT |
| Nome: NEIDE FRANCISCA MACIEL End.: R. NOVO HORIZONTE, 1881, VILA IZABEL | RG. 16974450 SSP/MT |
| Nome: HENRIQUE ALISSON PRANGE End.: R. GUARANI, 1548, VILA TUPY | RG. 21888884 SSP/MT |
| Nome: EDITE ALVES DE OLIVEIRA SOARES End.: R. COLORADO, 92, VILA TUPY | RG. 03128164 SSP/MT |
| Nome: CLEIDIANE COSTA DA SILVA End.: R. ANTONIO COSTA, 1313, VILA ESPERANÇA | RG. 0300415520058 SSP/MA |
| Nome: ELIANA VARIA DA SILVA End.: DOMINGOS MARTINS, 1190, VILA ESPERANÇA | RG. 19231512 SSP/MT |
| Nome: VILMA DE SOLZA FERREIRA End.: R. VARZEA GRANDE, 946, VILA IZABEL | RG. 12400386 SSP/MT |
| Nome: VERA LUCIA SOARES End.: LAMINADOS LAMIVIKS, S/N, SETOR INDUSTRIAL | RG. 19975082 SSP/MT |
| Nome: CLAUDEMIRA ALVES DA COSTA End.: MADEIREIRA MIRASOL, S/N, SETOR INDUSTRIAL | RG. 20260571 SSP/MT |
| Nome: BERNADETH RODRIGUES SILVA End.: MADEIREIRA JETULIENSE, CASA 03, SETOR INDUSTRIAL | RG. 12168360 SSP/MT |
| Nome: MARIA IZABEL DA COSTA End.: LAMIVIZ LAMINADOS, CASA 01, SETOR INDUSTRIAL | RG. 20476175 SSP/MT |
| Nome: ROSIMEIRE GARCIA ALVES End.: R. LONDRINA, 570, CENTRO | RG. 19941307 SSP/MT |
| Nome: LUIZA DE FATIMA MONTEIRO End.: R. AMAVOLE DOS SANTOS, 1093, VILA IZABEL | RG. 475596 SSP/MS |
| Nome: HELENA ROMA ILES LIMA End.: R. DOMINGOS MARTINS, S/N, VILA IZABEL | RG. 46616324 SSP/PR |

| | |
|--|------------------------------|
| Nome: ANDREIA DAYANA FACCHI End.: R. JURUA, 162, CENTRO | RG. 97822914 SSP/PR |
| Nome: MARIA ALICE GARCIA ALVES End.: Av. DA SAUDADE, S/N, JARDIM DAS ITAUBAS | RG. 562009 SSP/PR |
| Nome: MAXIMINO ALVES DE ASSUNÇÃO End.: RUA SINOP, 2156, VILA IZABEL | RG. 52893 SSP/PI |
| Nome: RAIMUNDO FRANCISCO SOARES End.: R. ELIO KOVALESK, 1313, VILA ESPERANÇA | RG. 251724 SSP/MG |
| Nome: GERALDO LUIZ SOARES End.: R. RAMOM GARCIA, 1424, VILA ESPERANÇA | RG. 867879 SSP/MG |
| Nome: MARIA DA GLORIA SOARES ROCHA End.: R. ELIO KOVALESK, 1313, VILA ESPERANÇA | RG. 119069268 SSP/MG |
| Nome: MARIA IMACULADA SOARES End.: R. ELIO KOVALESK, 1313, VILA ESPERANÇA | RG. 10957219 SSP/MG |
| Nome: ROSELI GARCIA ALVES End.: R. TERRA RICA, 1590, RESIDENCIAL TERRA RICA | RG. 24813907 SSP/MT |
| Nome: APARECIDA FATIMA ALVES DA SILVA End.: R. MAURO MATOS ROCHA, 1035, VILA ESPERANÇA | RG. 16530942 SSP/MT |
| Nome: ROSELI GARCIA ALVES End.: R. TERRA RICA, 1590, RESIDENCIAL TERRA RICA | RG. 24813907 SSP/MT |
| Nome: KATIANA DA SILVA BELEM End.: R. SINOP, 2142, VILA IZABEL | RG. 19031408 SSP/MA |
| Nome: JANILTO SILVA MORAIS End.: R. SINOP, 2142, VILA IZABEL | RG. 23152702 SSP/RO |
| Nome: VANESSA LOPES End.: R. EMA DE CARLI FOGO, 577, CENTRO | RG. 1919975236 SSP/MT |
| Nome: SILVANA CRISTINA MENDES End.: R. ESTRELA DO OESTE, 800, CENTRO | RG. 337121102 SSP/SP |
| Nome: ASSOCIAÇÃO DAS INDUSTRIAS MADEIREIRAS DE MARCELANDIA – ASSIMMA End.: R. LUCAS JOSÉ DE SOUZA, 162, AREA RURAL | CNPJ.: 01.288.560/0001-56 |
| Nome: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE End.: R. DOMINGOS MARTINS, 540, JARDIM ANDRESSA | CNPJ.: 03.175.200/0001-73 |
| Nome: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE MARCELANDIA – ACEMAR End.: Av. COLONIZADOR JOSÉ BIANCHINE, 187, CENTRO | CNPJ.: 07.647.855/0001-58 |
| Nome: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARCELANDIA End.: R. CORUMBA, 391, CENTRO | CNPJ.: 24.672.099/0001-36 |
| Nome: PAROQUIA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO End.: Av. COLONIZADOR JOSÉ BIANCHINE, 17, CENTRO | CNPJ.: 15.084.478/0026-72 |

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C . C O M U N I T Á R I A C U L T . E F O L C L Ó R I C

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

A D E M A R C E L Â N D I A CGC 0 2 6 1 0 8 0 8 0 0 0 1 1 6

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O C I D A D E F M

Portaria de Autorização n° 638 de 2000. Publicada no D.O.U de 16 de outubro de 2000.

Decreto Legislativo n° 626 de 2000. Publicado no D.O.U de 05 de outubro de 2000.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A B A R R E T O S 7 5 6

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E M A R C E L Â N D I A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF M T COORDENADAS GEOGRÁFICAS 1 1 ° 0 5 ' 0 9 " S 5 4 ° 3 1 ' 2 2 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A B A R R E T O S 7 5 6

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E M A R C E L Â N D I A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF M T COORDENADAS GEOGRÁFICAS 1 1 ° 0 5 ' 0 9 " S 5 4 ° 3 1 ' 2 2 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante

especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A B A R R E T O S 7 5 6

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E M A R C E L Â N D I A

CIDADE (CONTINUAÇÃO) _____ UF **MT** COORDENADAS GEOGRÁFICAS **1 1° 0 5' 0 9" S 5 4° 3 1' 2 2" W**

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE **A U A D C O R R E A E Q U I P . E L E T R O N I C O S L T D A**
 MODELO _____ POTÊNCIA DE FABRICA **2 5 . 0** watts N° HOMOLOGAÇÃO **0 6 8 0 - 0 3 - 0 5 2 8**
 POTÊNCIA DE OPERAÇÃO **2 5 . 0** watts POTÊNCIA MEDIDA **2 4 . 8** watts
 FREQUENCIA DE OPERAÇÃO **8 7 . 9** MHz FREQUENCIA MEDIDA **8 7 . 9** MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE _____
 MODELO _____ POTÊNCIA DE FABRICA _____ watts N° HOMOLOGAÇÃO _____
 POTÊNCIA DE OPERAÇÃO _____ Watts POTÊNCIA MEDIDA _____ watts
 FREQUENCIA DE OPERAÇÃO _____ MHz FREQUENCIA MEDIDA _____ MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA **M O N T E L S I S T . C O M U N I C . L T D A** MODELO **M T D I P 1 0 0 / 1**
 GANHO max (Gt) **0 . 0 0** dBd ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO **3 0 . 0** m ALTURA DA TORRE **3 0 . 0** m ALTITUDE DO LOCAL **3 3 6 . 0** m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☒ SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE **K M P P I R E L L I** MODELO **R G 2 1 3 U**
 COMPRIMENTO(L) **3 4 . 0** m ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) **6 . 6 0** dB PERDAS NA LINHA (PL) **2 . 2 4** dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) **0 . 5 9**

Perdas na linha (PL) = $10 \cdot \frac{AL}{100}$ Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

A ALTURA DO CENTRO GEOMÉTRICO ESTÁ COM 30,0 METROS, E A ALTURA AUTORIZADA ERA DE 27,0 METROS.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

VIDE ANEXO.

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

C A N D I D O H E N R I Q U E P . D E F R E I T A S

ENDEREÇO

R U A S A G R A D A F A M Í L I A 6 5 2

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

B A I R R O S A N T A T E R E S A

CIDADE

T R Ê S C O R A Ç Õ E S U F M G

REG.CREA

2 5 6 7 0 / S

FORMAÇÃO

E N G E N H E I R O E L E T R I C I S T A

CEP

3 7 4 1 0 - 0 0 0

TELEFONE

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

FAX

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

E-MAIL

c h p f @ h o t m a i l . c o m

LOCAL

T R Ê S C O R A Ç Õ E S

DATA

2 7 / 0 3 / 2 0 1 3

ASSINATURA

[Handwritten Signature]

ANEXO

INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO:

| <u>EQUIPAMENTO</u> | <u>FABRICANTE</u> | <u>MODELO</u> |
|--------------------|-------------------|---------------|
| FREQUENCÍMETRO | LINEAR | FC 1000 |
| MULTÍMETRO | HIOKI | 3007 |
| WATTIMETRO | BIRD | 43 |

DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

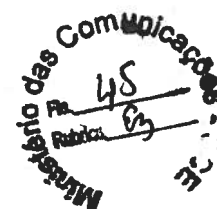
“Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes destes laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da emissora. O presente laudo consta de 06 folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica cu de que faço uso”

Marcelândia, 27 de março de 2013.

Nome: Cândido Henrique Pereira de Freitas
C R E A : 25670/D
C P F : 271882726-20



ENG.CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS



DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

“ Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA, declaro que o Sr. Cândido Henrique Pereira de Freitas, esteve no endereço abaixo vistoriando as instalações da nossa emissora.

Marcelândia, 27 de março de 2013.

Representante Legal

- Local do ensaio:

**Rua Barretos, 756 - Centro.
CEP: 78.535-000 - MARCELÂNDIA/MT**

**- Nome do Representante Legal: José Vicente de Oliveira.
CPF: 328.355.159-68**

**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Alvaros Cabral, 1.800, CEP 30170-001 Fone PABX (31) 3299-8700 - FAX (31) 3299-8720 Belo Horizonte - MG

| | | | | |
|--|-------------------|------------------|--|---|
| Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63 | | | Agência/Código cedente 3.384-4/00005780-0 | V |
| Sacado CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS | | | Número do documento 00001026974 | N |
| Moeda R\$ (Real) | Quantidade | (X) Valor | (=) Valor do documento 45,00 | (|
| Demonstrativo | | | (+) Outros valores | (|

ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-25870/D

TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201300000001064169

ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO.

1A VIA

TERM 00480168
02/04/2013
001249801

CONTRATO DE PAGAMENTO

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

001945865290000001010269742101

0000000004500

NR. DOCUMENTO

DATA DO PAGAMENTO

VLR DOCUMENTO

VALOR CUBRAL

10,168

02/04/2013

45,00

45,00

NR.AUTENTICACAO F.7F0.2E2.8F8.368.8EB

VIA DO CLIENTE

PAG FACIL



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201300000001064169

Via da Obra/Serviço
Rubrica
Página 1/1
47
SCE

1. Responsável Técnico

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETROINICA;

RNP: 1404867627

Registro: 04.0.0000025670

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**

Logradouro: **RUA BARBETOS**

Cidade: **MARCELÂNDIA**

Contrato:

Valor: **800,00**

Bairro: **CENTRO**
UF: **MT**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

CNPJ: 02.610.808/0001-16

Nº: 000756

CEP: 78535000

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA BARBETOS**

Cidade: **MARCELÂNDIA**

Data de início: **27/03/2013** Previsão de término: **27/03/2013**

Finalidade: **CULTURAL**

Proprietário: **ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**

Nº: 000756

CEP: 78535000

CNPJ: 02.610.808/0001-16

4. Atividade Técnica

1 - ACESSORIA

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RÁDIODIFUSÃO

Quantidade: Unidade:

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOC. DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA REGIÃO D

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

1. Candido Henrique Pereira de Freitas de 2013

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS RNP: 1404867627

ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCL CNPJ: 02.610.808/0001-16

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 02/04/2013

Valor Pago: 45,00

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.crea.org.br
- A guarda da via assinada da ART está de responsabilidade do profissional e do contratante e o objetivo de documentar a vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$800,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,

CREA-MG

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Nosso Número: 000000001026974

LAUDO DE ENSAIO

1 - INTERESSADA:

- a) Nome: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA.
- b) Endereço: Rua Barretos, 756 - Centro.
CEP: 78.535-000 - Marcelândia/MT.

2 - NECESSIDADE DO LAUDO DE ENSAIO:

- a) Motivo: Renovação de outorga.
- b) Endereço onde foi realizado: Rua Barretos, 756 - Centro.
CEP: 78.535-000 - Marcelândia/MT.
- c) Data da realização: 27/03/2013

3 - FABRICANTE DO TRANSMISSOR:

- a) Nome: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda.
- b) Modelo: SP 5025
- c) Endereço: Praça da Pirâmide, 175.
Santa Rita do Sapucaí/MG

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR:

PRINCIPAL

5 - MEDICÕES:

a) Frequência:

- Nominal: 87,9 MHz
- Medida em ambiente normal: 87.900.020,0 HZ
- Variação máxima de frequência na unidade osciladora após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 C e +50 C):
2 Hz
- Resposta de audiofrequência, referente a 100 Hz, pré-ênfase 75 uS:

CANAL ESQUERDO ESTÉREO

| F (Hz) | 50 | 100 | 400 | 1000 | 5000 | 7500 | 10000 | 15000 | |
|---------|-------|-------|-------|------|-------|-------|--------|--------|----|
| 25% mod | -2,40 | -2,30 | -2,30 | 0,00 | +6,10 | +8,10 | +10,10 | +13,10 | dB |
| 50% mod | -2,20 | -2,20 | -2,10 | 0,00 | +6,30 | +8,40 | +10,30 | +13,40 | dB |
| 90% mod | -2,10 | -2,00 | -1,90 | 0,00 | +6,60 | +8,60 | +10,70 | +13,60 | dB |

CANAL DIREITO ESTÉREO

| F (Hz) | 50 | 100 | 400 | 1000 | 5000 | 7500 | 10000 | 15000 | |
|---------|-------|-------|-------|------|-------|-------|--------|--------|----|
| 25% mod | -2,30 | -2,20 | -2,30 | 0,00 | +6,00 | +8,20 | +10,10 | +13,30 | dB |
| 50% mod | -2,10 | -2,00 | -2,10 | 0,00 | +6,30 | +8,50 | +10,40 | +13,50 | dB |
| 90% mod | -2,00 | -1,90 | -2,00 | 0,00 | +6,60 | +8,70 | +10,70 | +13,70 | dB |

6m

b) Distorção Harmônica

CANAL ESQUERDO ESTÉREO

| F (Hz) | 50 | 100 | 400 | 1000 | 5000 | 7500 | 10000 | 15000 | |
|---------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|---|
| 25% mod | 0,50 | 0,52 | 0,55 | 0,57 | 0,55 | 0,53 | 0,51 | 0,49 | % |
| 50% mod | 0,48 | 0,50 | 0,53 | 0,56 | 0,54 | 0,52 | 0,50 | 0,48 | % |
| 90% mod | 0,49 | 0,51 | 0,54 | 0,56 | 0,55 | 0,53 | 0,50 | 0,50 | % |

CANAL DIREITO ESTÉREO

| F (Hz) | 50 | 100 | 400 | 1000 | 5000 | 7500 | 10000 | 15000 | |
|---------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|---|
| 25% mod | 0,49 | 0,52 | 0,54 | 0,55 | 0,54 | 0,52 | 0,50 | 0,48 | % |
| 50% mod | 0,50 | 0,52 | 0,53 | 0,55 | 0,55 | 0,53 | 0,52 | 0,50 | % |
| 90% mod | 0,49 | 0,52 | 0,54 | 0,57 | 0,55 | 0,53 | 0,51 | 0,49 | % |

c) Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 90% de modulação, com

400 Hz: -60 dB

d) Nível de ruído da portadora (AM) em relação a 100 % de amplitude: -58 dB

e) Atenuação de harmônicos e espúrios: 57 dB (2º Harmônico)

62 dB (3º Harmônico)

- 51
03
- f) Potência de saída: 0,025 Kw – Medida através de Wattímetro acoplado à saída do transmissor.
g) Potência incidente: 25,0 Watts
h) Potência refletida: 2,0 Watts

6- INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

a) Gerador de estéreo:

É parte integrante do transmissor

b) Medições:

- Frequência de subportadora piloto:

Medida: 19.000 Hz

Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento, na temperatura ambiente: 1 Hz

- c) Limites das variações das porcentagens de modulação a portadora principal pela subportadora piloto: 9 %

7- INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAL SECUNDÁRIOS:

Inexistentes

8 - **OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR:**

a) Placa de identificação:

Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modelo: SP 5025

Frequência: 87,9 MHz

Potência: 25 w

Número de série: 585 A

Homologação: 05698-XXX528

Data de fabricação: maio/2002

Consumo: 100 W

b) Medidores de estágio final de RF:

- Corrente continua de placa: sim

Escala: 0 - 5 A

- Tensão continua de placa: sim

Escala: 0 - 50 V

- Potência incidente e refletida: sim

- Incidente: 25,00 W

- Refletida: 2,0 W

Escala: 0 - 100%

c) Existem tomadas de amostras de RF para medida de modulação e frequência: Sim

d) Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- De descargas de capacitores depois de desligada a alta tensão: O equipamento não possui fonte de alimentação de alta tensão.

- Gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores interligados e conectados à terra: Sim
- Interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso as partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desligam essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas: O equipamento não possui tensões maiores que 350 Volts.
- Todos os ajustes em circuitos que operam com tensões superiores a 350 Volts são feitos externamente, com as tampas e portas fechadas: O equipamento não possui tensões superiores a 350 Volts.

e) Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

Dispositivo de segurança para resfriamento forçado:

O equipamento possui dispositivo de segurança que impede seu funcionamento na falta de resfriamento: Sim

9 - **INSTRUMENTOS DE MEDICAÇÃO:**

| <u>EQUIPAMENTO</u> | <u>FABRICANTE</u> | <u>MODELO</u> | <u>SÉRIE</u> | <u>PRECISÃO</u> |
|--------------------|-------------------|---------------|--------------|-----------------|
| FREQUENCÍMETRO | LINEAR | FC 1000 | BF-087 | 2% |
| MULTÍMETRO | HIOKI | 3007 | 218564 | 4% |
| ANAL.DISTORÇÃO | HP | 334-A | 36-00741 | 4% |
| MED.MODULAÇÃO | TFT | 753 | - | 2% |
| OSCILADOR DE AUDIO | HEATHKIT | 16-1272 | - | 1% |
| MED.INT.CAMPO | POTOMAC | FIM-71 | - | 2% |
| WATTIMETRO | BIRD | 43 | 195751 | 2% |

DECLARAÇÕES

a) DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

“Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes destes laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 10 folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica cu de que faço uso”

Marcelândia, 27 de março de 2013.

Nome: Cândido Henrique Pereira de Freitas
C R E A : 25670/D
C P F : 271882726-20



ENG. CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

PARECER CONCLUSIVO:

“Para os fins previstos no Inciso I da Portaria Ministerial num. 914, de 5 de setembro de 1978, Declaro que o transmissor de frequência modulada a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes e a ele aplicáveis”

Marcelândia, 27 de março de 2013.



ENG.CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Nome: Cândido Henrique Pereira de Freitas

CREA : 25670/D

CPF : 271882726-20

DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

“ Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA, declaro que o Sr. Cândido Henrique Pereira de Freitas, esteve no endereço abaixo ensaiando o transmissor de frequência modulada fabricado por Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda, modelo SP 5025 , com potência nominal de 25,0 Watts .

Marcelândia, 27 de março de 2013.


Representante Legal

- Local do ensaio:

Rua Barretos, 756 - Centro.
CEP: 78.535-000 – Marcelândia/MT.

- Nome do Representante Legal: José Vicente de Oliveira.
CPF: 328.355.159-68

02/04/2013 11:00:34
001249801 CONSUMO EN EL BANCARIO 0095
IMPORTE DE PAGAMENTO DE VÍCULOS
REGISTRO REGIONAL DE GENOVA
005290000 0101W 0042156



Av. Álvares Cabral, 1.600, CEP 30170-001 Fone PABX (31) 3299-5700 - FAX (31) 3299-5720 Belo Horizonte - MG

NR.AUTENTICACAO 5.D55.751.F72.D7B.DFF

VIA IL CLIENTE
PAG FACIL

1A VIA



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201300000001064206



1. Responsável Técnico

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;

RNP: 1404867627

Registro: 04.0.0000025670

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**

Logradouro: **RUA BARRETO**

CNPJ: 02.610.808/0001-16

Nº: 000756

Cidade: **MARCELÂNDIA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MT**

CEP: 78535000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: **800,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA BARRETO**

Nº: 000756

Cidade: **MARCELÂNDIA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MT**

CEP: 78535000

Data de início: **27/03/2013** Previsão de término: **27/03/2013**

Finalidade: **CULTURAL**

Proprietário: **ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**

CNPJ: 02.610.808/0001-16

4. Atividade Técnica

1 - ACESSORIA

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RÁDIO-DIFUSÃO

25.00

M

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOC. DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA REGIÃO D

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

1. CONGREGADO de abr de 2013.

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS RNP: 1404867627

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.crea.org.br
- A guarda da via assinada da ART está de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$800,00.** ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**

ASSOC.COMUNITÁRIA CULT.E FOLCL CNPJ: 02.610.808/0001-16

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Valor da ART: 45,00

Registrada em: 02/04/2013

Valor Pago: 45,00

Nosso Número: 0000000001027004

COMUNICAÇÕES

OS de COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

S - Bloco "R" 3º ANDAR

0 - Cep. 70044-900



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ MP ☐ PESO/WEIGHT (kg) 0.296

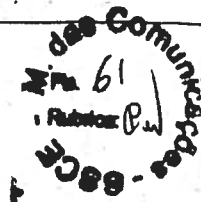
RA 50216570 9 BR



Ao MINISTÉRIO DAS C
SECRETARIA DE SERVIÇ
DEPARTAMENTO DE DU
ESPLANADA DOS MINISTÉRIO
ANEXO OESTE - SALA 3

BRASÍLIA - D.F.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.046500/2013

Localidade / UF: MARCELÂNDIA/MT

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELANDIA

Aviso: 3

Publicação: 22/12/1998

Prazo: 45

Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:

Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

| Nome | CPF | Cargo | Mandato | Telefone |
|-----------------------------------|----------------|-----------------|---------|----------|
| Lucas Cruz de Oliveira | 650.220.921-15 | 2º Tesoureiro | | |
| JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA | 328.355.159-68 | Presidente | | |
| Wagner Cid da Cunha | 631.729.841-68 | Vice-Presidente | | |
| Valmir da Silva Oliveira | 580.540.819-87 | 2º Secretário | | |
| Veronisse Anselmo de Souza Fabrim | 631.754.361-53 | 1º Secretário | | |
| Rodinei Garcia Alves | 022.896.051-74 | 1º Tesoureiro | | |

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PENDÊNCIAS:

- I - Ata de Eleição da atual diretoria (consta apenas a ata de substituição de alguns dirigentes);
- II - alteração estatutária;
- III - comprovação do registro do Estatuto Social; e
- IV - ato constitutivo do conselho comunitário, composto nos moldes do art. 8º da Lei 9.612, de 1998.
- V - declarações de fiel cumprimento;
- VI - declarações do anexo 3;
- VII - certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
- VIII - comprovante de regularidade com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal;
- IX - certidão de regularidade com o INSS e FGTS;
- X - comprovantes de residência;

MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de renovação: fl. 2;
- b) declaração de conformidade das instalações da emissora: fl. 5;
- c) certidão negativa de débitos com a Anatel: fl. 6;
- d) CNPJ, nº 02.610.808/0001-16: fl. 7;
- e) estatuto social, datado de 22/3/2009, rg.-PJ: fls. 8 à 16;
- f) ata de eleição, datada de //, rg.-PJ: fls. pendente;
- g) ata de alteração da diretoria, de 20/3/2013, rg.-PJ: fls. 17 à 18;
- g) provas de nacionalidade e maioridade: fls. 19 à 24;
- h) comprovantes de residência: fls. pendentes;
- i) declarações de fiel cumprimento: fls. pendentes;
- j) declarações do anexo 3: fls. pendentes;
- l) certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral: fls. pendentes;
- m) comprovante de regularidade com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal: fls. pendentes;
- n) certidão de regularidade com o INSS e FGTS: fls. pendentes;
- p) relatório do Conselho Comunitário: fls. 30.

MANDATO: 5 ANOS.

Sebastião Luís Barreto Vianna Rocha
Slaep n.º 1787866
Analista Técnico-Administrativo

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2426/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga

Referência: Processo de renovação nº 53000.046500/2013
Processo de Outorga nº 53690.001137/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Marcelândia / MT**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Verificamos constar dos autos a Ata de 22/3/2009, para alteração da composição do quadro diretivo, sem que tenha sido juntada, contudo, a Ata de Eleição que deflagrou o exercício, indicando os diretores inicialmente eleitos – documento necessário ao cálculo do prazo de vigência da atual gestão;

II. Alguns dos dispositivos do Estatuto Social são incompatíveis com a Norma nº 1/2011, conforme será explanado abaixo. Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas:

a. O capítulo II do Estatuto Social não estabeleceu os direitos dos associados, em conformidade com o subitem 8.3, alínea “e” da Norma nº 1/2011;

b. O mandato da diretoria foi fixado em cinco anos pelo art. 12 do Estatuto, o que contraria o subitem 8.2, alínea “h.3” da Norma nº 1/2011, segundo o qual o mandato não deve superar quatro anos, permitida apenas uma recondução;

III. Ato constitutivo do Conselho Comunitário, na forma do art. 8º da Lei 9.612, de 1998, composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, religiosas, beneméritas ou de moradores;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

VIII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, de de 2013.


PEDRO LUÍS BARRETO VIANNA ROCHA
Analista Técnico-Administrativo

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2426/2013/CGRC/SCE/MC.

Brasília,

9

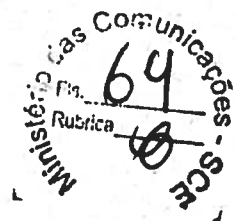
de

setembro

de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 5013 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 09 de setembro de 2013.

Ao Senhor
JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA
Representante Legal da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia
Rua Barretos, nº 756 - Centro
78.535-000/ Marcelândia - MT

Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.046500/2013.

Senhor Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.046500/2013, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia / MT, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2426 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



Associação Comunitária Cult. e Folc. de Marcel.
Sede: Rua Barreiros, 756
Caixa Postal 32 - Bairro Centro
78535-000 Marcelândia - MT



Associação Comunitária Cult. Folc. de Marcelândia / MT

Ofício n.º 017/2013

17 de outubro de 2013

Análise

Ao
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - 3º andar
CEP: 70044-900 Brasília - DF.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 061632/2013-39

SEAPASCE
24/10/2013-08:58

Assunto: Apresentar documentação solicitada pela Nota Técnica n.º
2426/2013/CGRC/SCE-MC.

Prezado (os) Senhor (es):

Eu, *José Vicente de Oliveira*, representante legal da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, venho através deste apresentar documentação solicitada pela Nota Técnica n.º 2426/2013/CGRC/SCE-MC, que trata de constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga do Processo de renovação n.º 53000.046500/2013 Processo de Outorga n.º 53690.001137/1998, solicitados através do Ofício n.º 5013/2013/CGRC/SCE-MC, recebido por esta entidade em 20 de setembro de 2013.

Sem mais para o momento, nos melhores interesses elevamos a nossa estima e distinta consideração,

Atenciosamente,

José Vicente de Oliveira
José Vicente De Oliveira - Diretor Presidente
CPF - 328.355.159-68

*Divulgando e informando a comunidade sobre
seus direitos e deveres.*

*have
133*




DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, **José Vicente de Oliveira**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é na **Rua Barretos, n° 756, centro, Marcelândia-MT, CEP. 78.535-000**, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: **11° S 05'09"** de latitude e **54° W 31'22"** de longitude;
- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da entidade ou da emissora, se este for utilizado, será **Radio Cidade FM**;
- o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é na **Rua Barretos, n° 756, centro, Marcelândia-MT, CEP. 78.535-000** cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: **11° S 05'09"** de latitude e **54° W 31'22"** de longitude;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma n° 1/2011, aprovada pela Portaria MC n° 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei n° 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- a entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.

Marcelândia, 16 de outubro de 2013.


José Vicente de Oliveira (Diretor Presidente)
CPF - 328.355.159-68

Endereço para correspondência : **Rua Barretos, n° 756, centro, na cidade de Marcelândia, Estado Mato Grosso, CEP 78.535-000, Caixa Postal 32.**

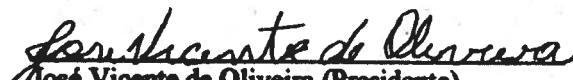
Telefone para contato: **0XX-66-3536-1076**;

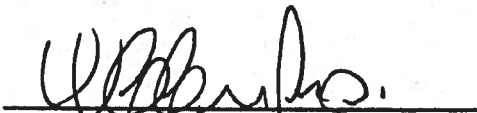
Correio eletrônico (e-mail): **radiocidade879@ig.com.br**

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

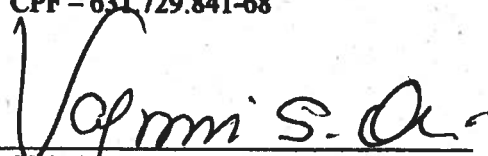
Ministério das Comunicações - S.C.F.
Fls. 67
Rubrica 0

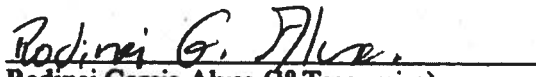
Nós, na qualidade de dirigentes da **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

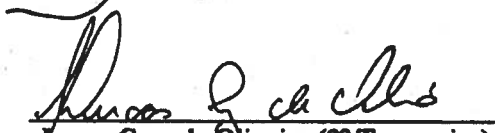

José Vicente de Oliveira (Presidente)
CPF - 328.355.159-68


Wagner Cid Da Cunha (Vice Presidente)
CPF - 631.729.841-68


Veronisse Anselmo de Souza Fabrim (1º Secretária)
CPF - 631.754.361-53


Valmir da Silva Oliveira (2º Secretário)
CPF - 580.540.819-87

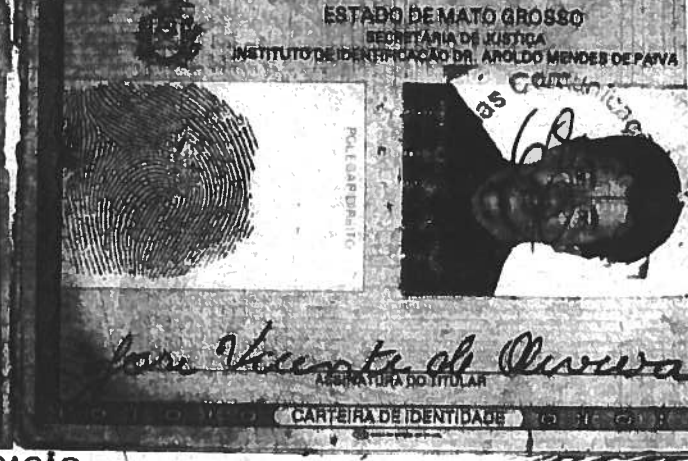
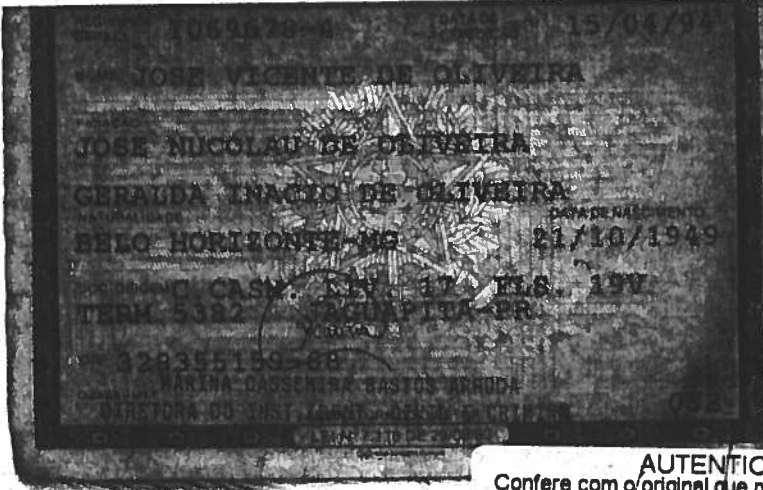

Rodinei Garcia Alves (1º Tesoureiro)
CPF - 022.896.051-74


Lucas Cruz de Oliveira (2º Tesoureiro)
CPF - 650.220.921-15

Endereço para correspondência : Rua Barretos, nº 756, Centro, na cidade de Marcelândia, Estado Mato Grosso, CEP 78.535-000, Caixa Postal 32.

Telefone para contato: 066-3536-1076;

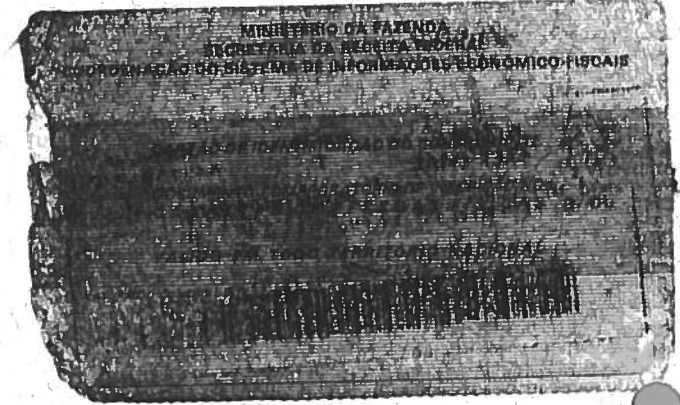
Correio eletrônico (e-mail): radiocidade879@ig.com.br



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90581 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9 55

Cartório 2º Ofício
Ticiano Simionato
Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90582 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9 55

Cartório 2º Ofício
Ticiano Simionato
Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 054

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO OR. AROLD MENDES DE MATA

12/02/1973

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 1095828-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/09/1973

NOME WAGNER CID DA CUNHA

FILIAÇÃO JOSE ONOFRINO DA CUNHA

NATURALIDADE ELZA MARIA DOS SANTOS

LONDRIANA-PR DATA DE NASCIMENTO 12/02/1973

DOC ORIGEM C.NASC. LIV. 14 FL. 264

TERM 164090 LONDRIANA-PR

CPF 63172984-1-68

CURASA-MT MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90578 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cód. Ato 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marechalândia-MT 17 de outubro de 2013 9:37

Simionato Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

631.729.841-68

WAGNER CID DA CUNHA

12/02/1973

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Maio/2001

CORREIOS
www.correios.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90579 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cód. Ato 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marechalândia-MT 17 de outubro de 2013 9:37

Simionato Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA E REGISTROS

DEPARTAMENTO DE REGISTROS

POLEGAR DIREITO

CAFEIRA DE IDENTIDADE

0718910-9

04/11/2002

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA

DE ANSELMO DE SOUZA

DELA APARECIDA GARCIA DE

FORA-PR

05/08/1970

631754361-53

64 MARCELÂNDIA-MT

2VIA-104

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AIK 90531 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Cod. At: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br

Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013

Selo de Controle Digital

Poder Judiciário - MT.

Código da Serventia: 054

Escrevente Autorizada

Cartório 2º Ofício

Comarca de Marcelândia-MT

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

631.754.361-53

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM

05/08/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: AIK 90530 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br

Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013

Selo de Controle Digital

Poder Judiciário - MT.

Código da Serventia: 054

Escrevente Autorizada

Cartório 2º Ofício

Comarca de Marcelândia-MT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIREITO

ABEL DA SILVA OLIVEIRA

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 REGISTRO GERAL 2843058-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/2012

NOME **VALMIR DA SILVA OLIVEIRA**

FILIAÇÃO **ABEL DA SILVA OLIVEIRA**

ILDA ROSA PAES DA SILVA

NATURALIDADE **TERRA RICA-PR**

DATA DE NASCIMENTO **10/12/1966**

DOC. ORIGEM **C. CASM. LIV. B2 FLB. 034**

TERM 34

MARCELÂNDIA MT

CPF **580540819-87**

Teima de Azeredo Silva Mordas
 DIRETORIA METROPOLITANA DE IDENTIFICAÇÃO

104

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
 Selo Digital AIK 90520 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atos de Notas e Registros
 Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.jt.mt.gov.br/selo
 Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013 14:45

Ticiany Simionato
 Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 054

C/C

10.12.00

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
 Selo Digital AIK 90519 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atos de Notas e Registros
 Cod. Ato 06 Cod. Cartório 054 Consulte www.jt.mt.gov.br/selo
 Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013 14:45

Ticiany Simionato
 Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 054

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA



Rodinei Garcia Alves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1993881-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/07/2000

NOME RODINEI GARCIA ALVES

FILIAÇÃO PEDRO GUILHERME ALVES

APARECIDO

MARIA ALICE GARCIA ALVES

NATURALIDADE AMAMBAI-MS DATA DE NASCIMENTO 26/08/1960

DOC. ORGEM C NASC. LIV. A8 FLS. 57

TERM 5657 TACUARO-MS

CPF 022896051-74

Reinaldo de Azevedo Silva Moraes
ASSINATURA DO DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 2003

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90574 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Ord. Ato 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9 34



Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

022.896.051-74

RODINEI GARCIA ALVES

26/09/1980

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

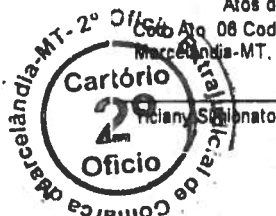
CORRE

www.correios.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Selo Digital AIK 90575 R\$ 2,20

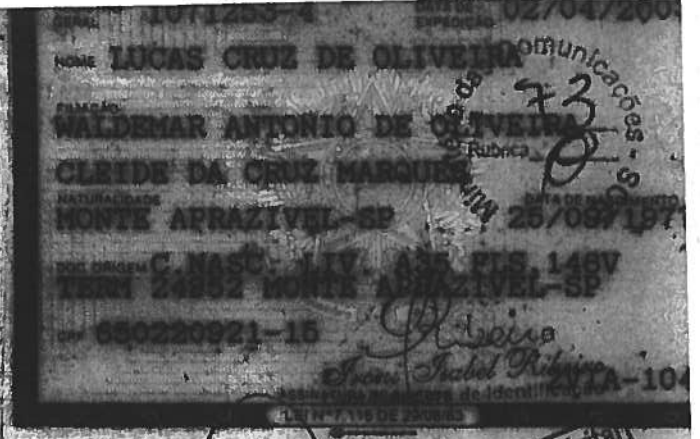
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Ord. Ato 08 Cod. Cartório 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9 34

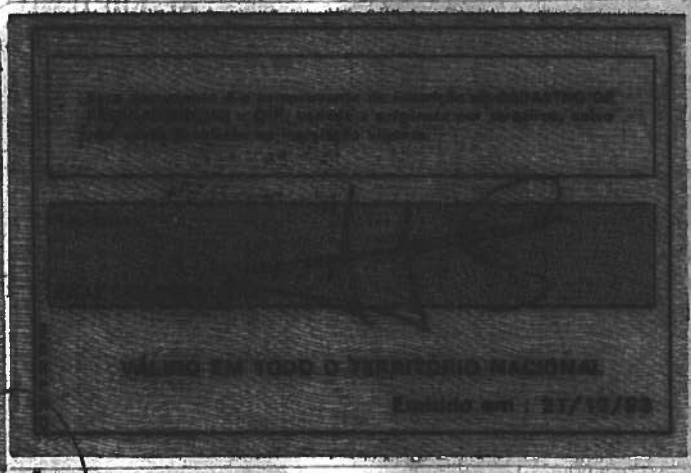
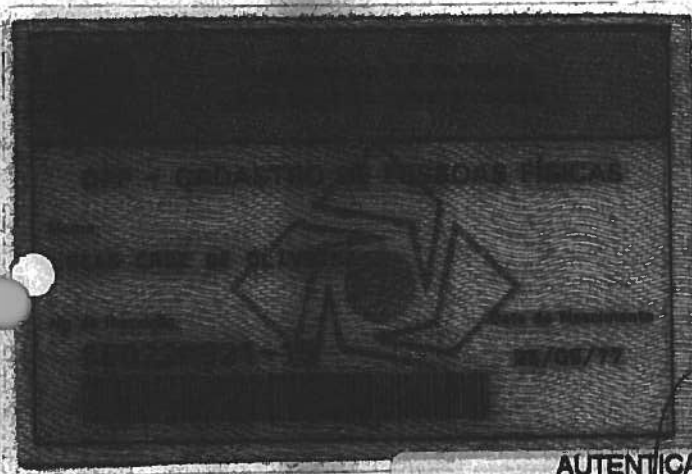
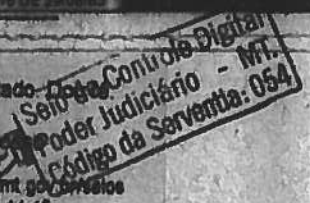


Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90516 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cartório: 08 Cod. Cartório: 084 Consulte: www.tjmt.gov.br
Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013 14:48



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90517 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cartório: 08 Cod. Cartório: 084 Consulte: www.tjmt.gov.br
Marcelândia-MT, 16 de outubro de 2013 14:48



29
Ofício
Comunicação
Extrajudicial
CÓPIA
REDUZIDA
Carta de Marcelândia-MT

Cita da Assembleia Geral Extraordinária da Diretoria, do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cult. e Escl. de Marcelândia, Alteração do Estatuto Social, segundo o novo Código Civil Brasileiro e demais itens.

Em quatorze dias do mês de setembro do ano de 2013, nesta cidade e município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os associados em Assembleia Geral Extraordinária convocada por Edital de presidência por aclamação, sr. Dionísio Cruz de Oliveira, que convidou a mim, Teronisse Anselmo de Souza para secretariar a sessão, ficando assim constituída a mesa. Em seguida, o sr. Presidente, declarando iniciada a sessão disse que a finalidade da presente reunião era para: realização da eleição da nova diretoria e conselho comunitário, discussão, análise e aprovação das alterações do estatuto social, que deve ser adequados a novas exigências do atual Código Civil, levando em conta, o cumprimento da lei e dar outras providências constantes da pauta da reunião da Assembleia. Em continuidade, foi feita a chamada das chapas inscritas como decorrentes da eleição. Foi apresentada pelos associados presentes, apenas e unicamente uma chapa de consenso comum, indicada para compor a diretoria executiva e os respectivos cargos de Diretoria, os seguintes associados: Presidente - José Vicente de Oliveira, Vice-Presidente - Wagner Eid da Cunha, Secretária Geral - Teronisse Anselmo de Souza, Primeiro secretário - Adair de Souza, Tesoureiro - Rodinei Garcia Alves, 2º Tesoureiro - Lucas Cruz de Oliveira, e uma chapa para compor o Conselho

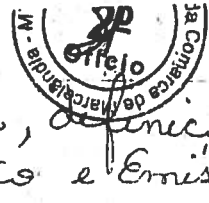
2º Ofício
AUTENTICAÇÃO
Conferência com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIX 90570 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Código: 06 Cod. Cartório: 054 Consultar www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:34

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada

Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Unidade da S. 054

1.2 OFFICE EXISTING
Eliane Giocondo



temas: alteração do Estatuto Social, definição de cargos para a gestão da Associação e Emissão de Rádio, definição de valores de ressarcimento de despesas, segundo o estatuto social da ACCM e em conformidade com a legislação federal de trabalho voluntário, Lei nº 9.608/98, alterada pelas leis 10.748/03 e 10.940/04 e o registro dos valores de empréstimos feitos à associação, por associados fundadores. Para dar continuidade aos trabalhos, o Presidente da Reunião, passa a falar para o Presidente eleito. Tomando a palavra o ^{1º} Presidente eleito, José Vicente de Oliveira, agradece aos presentes e submete a apreciação dos associados, a alteração do Estatuto Social da ACCM, nos artigos de número um, altera o endereço de sede da ACCM que passa a ter a redação: com sede permanente na rua Barretos, 756, centro Marcelândia, MT, artigo número seis ao onze altera a estrutura, dispõe reestrutura o quadro de dirigentes que passa a ter a redação: Artigo 06: Caberá ao Presidente: a) Coordenar as reuniões de Diretoria e assembleia Geral, b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos, e comunidade em geral, c) Responder em juízo pela Entidade, d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa; e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral. Parágrafo único - O Presidente será substituído em seus impedimentos, pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro. Artigo 07: - Caberá ao Vice-Presidente: a) Participar ativamente das reuniões

2º Oficial

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: AIK 90571 R\$ 2,20
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atas de Notas e Registros
 Cod. At: 08 Cod. Cartório: 084. Consulte: www.jmt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:34

Ticiany Simionato

Escritor Autorizada

Controle Digital
 Cartório da Promotoria - MT.
 Número da Promotoria: 054



ões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas; b) substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo; c) substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu, digo seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular seu direito de voto. Artigo 8º - Caberá ao Secretário Geral, a) - Secretariar as reuniões de diretoria e sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas; b) preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o Presidente; c) Manter o cadastro de associados atualizado; d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade. Artigo 9º - Caberá ao Segundo Secretário: a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas, substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo; Artigo 10º - Caberá ao Tesoureiro: a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade; b) supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade; c) Apresentar os balanços à Diretoria; d) Assinar juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade. Artigo 11º - Caberá ao Segundo Tesoureiro: a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria contribuindo com suas funções coletivas; b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo. Parágrafo primeiro: Para gestão da emissora de habilitação difusa comunitária, foi instituída função de

ORGÃO EMERGENCIAL
Chame Socio
Tabela

Diretor de Operações (Diretor geral) com as seguintes funções: a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas; b) Implementar e supervisionar a grade de programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões; c) Definir os horários e tipos de programas que serão transmitidos durante o tempo de permanência da emissora no ar, que devera sempre ser discutida; d) Contratar e demitir com o conhecimento do Presidente da Associação, pessoas para o desempenho das funções necessárias da emissora local.

Parágrafo Segundo: Fica instituído o Conselho Comunitário com as seguintes atribuições: acompanhar divulgação da Associação, com o objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade. b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que deseja emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

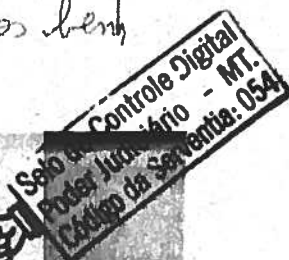
Parágrafo Terceiro: O Conselho Comunitário será composto por (5) cinco pessoas representantes de entidades locais tais como: Associações de classe, bairros, movimentos, culturais, de bairro, ou de moradores, etc., desde que legalmente instituídas. Artigo número vinte e quatro altera a receita e patrimônio que passa a ter a redução: Artigo 24º - O Patrimônio e Receita da Associação, Comunitária, Cultural e Solidária de Maracáândia - ACCM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, legados, auxílios, subvenções, dotações, pelos bens



AUTENTICAÇÃO
Conferir com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Digital: AIK 90572 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte www.mt.gov.br/proc
Maracáândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:34

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada



MT-2º
Comar.
móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a Conta Patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, diásporas comunitárias, bem como por aqueles decorrentes de patrocínios sob forma de apoio cultural, artigos, números trinta e três ao trinta e cinco, mantendo contudo os objetivos pelos quais a Associação Comunitária Cultural e Solidária foi criada, sendo feita a leitura e discussão com os presentes, de pontos importantes para o entendimento de todos os associados, foi colocado em votação pelo presidente tendo sido aprovada por todos os associados. Em continuidade foi apresentada em Assembleia a definição dos cargos da gestão da Associação, da Emissora de Rádio e definição de valores do ressarcimento de despesas dos mesmos, em conformidade com a lei 9.608/98 alterada pelas Leis 10.748/03 e 10.940/04: Secretária recepcionista e limpeza, tendo 70 para a Associação como para a Emissora de Rádio, com o valor de ressarcimento na quantia de R\$ 415,00 teto máximo R\$ 550,00, Deputado de Comunicação Adm, tanto para a Associação quanto para a Emissora de rádio com o valor de ressarcimento no valor de R\$ 415,00 teto máximo R\$ 550,00, Diretor operacional da Emissora de Rádio, para administrar, representar a emissora de rádio junto com o Presidente da ACCM, implantar e supervisionar o grade de programação em todas as suas atividades, com o valor de ressarcimento na quantia de R\$ 800,00 com teto máximo de R\$ 940,00, Comunicadores de objetivos (do Tor Comunitário)

OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Giacinto

com o valor de ressarcimento na quantia de R\$ 98,00 hora mês com teto máximo de R\$ 110,00, três reais (R\$ 4,00) hora avulsa no domingo, teto máximo de R\$ 5,15, e R\$ 5,27 a hora avulsa da semanal, com teto máximo de R\$ 3,48 centavos (R\$ 3,48), para excedentes de horas mensais, combinados no termo de adesão, sendo feita a leitura e a discussão com os presentes dos pontos importantes para o entendimento de todos os associados foi colocado em votação pelos presentes, tendo sido aprovado por todos associados. Na continuação dos trabalhos foi feita a prestação de contas da Direção anterior, apresentando os balanços de verificação e a apresentação do saldo em caixa na quantia de R\$ 15.924,29 (quinze mil e novecentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 1.183,84 em conta corrente no banco Bradesco, R\$ 5.450,00 em cheques pré-datados, R\$ 152,55 em dinheiro e R\$ 1.137,90 valor este para a Campanha Criança Feliz do Rádio Futuro, foi colocado em votação pelos presentes, tendo sido aprovado por todos os associados. E o último assunto da pauta submetido à apreciação dos presentes, foi o registro em ata dos valores de empréstimos feitos à Associação por associados fundadores na quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo: R\$ 5.000,00 pertencentes à Leiguer Cid da Cunha, R\$ 10.000,00 pertencentes à Dionísio Luiz de Oliveira e R\$ 15.000,00 pertencentes a José Vicente de Oliveira, emprestados à Associação para aquisição de equipamentos, mobília, despesa com consultoria (MGO), assessoria SIC, especializada na documentação inicial da emissão de notas, de

MT-2º Ofício

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Pelo Digital: A/K 90573 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. At: 06 Cod. Cartório: 054 Consultar em: mt.gov.br/seios
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:34

Tielany Simionato

Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Cartório da Serventia-054



O ano de 1998 (um mil novecentos e noventa e oito) que serão retirados da caixa assim que os retirados não onerarem a caixa nem a funcionalidade da entidade e da emissora, visto esse apurado e atualizado pelo índice mais alto de preço ao consumidor no mês de dezembro do ano de dois mil, e que deveria ser feita a retirada parcelada da caixa da Associação sempre que se apresenta saldo cinquenta por cento acima da despesa base da associação. Ou quando o Diretor não avaliar que os valores dos seguros sejam suficientes, até a liquidação do quanto fixo de trinta mil reais. Estas retiradas deverão ser feitas com a prestação de contas da caixa todo fim de mês em que forem efetuadas, tendo assinatura de todos da diretoria em uma planilha que irá acompanhar o montante das baixas do montante, sendo feito logo, feita a leitura e discussão dos pontos importantes para o entendimento de todos os associados, foi colocado em votação pelos presentes, tendo sido aprovado por todos os associados. Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, determinou-se ao presidente que se encerrasse a reunião, sendo encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Marcelândia, 14 de setembro de 2000.

Jose Vicente de Oliveira
Presidente.

Jose Vicente de Oliveira

Vice-Presidente

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Eliane Giocondo
Tabelião

Gauzau
Geronice Conselmo de Souza Salve
Secretaria Geral



Ministério das Comunicações
Fls. 78
Rubrica



Adair de Souza
Cidadão de Pungu
Segundo Secretário

Regina G. Mes.

Rodinei Garcia Alves
Tercos

Ruiz G. de Alô
Ruiz Cruz de Silveira
Segundo Tercos

Adair L. N. Moura
Valdirene Augusto

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Registro de Ata Assembleia Geral
Apresentante Sr. CC F. M. Marcelândia
Registro nº 001-01 Fls 017/034
Livro B-01 Arq/Prot 002
Em Test da verdade
Marcelândia-MT 23.1.00/2008

Eliane Giocondo



Av-1: O registro da Ata de Assembleia Geral teve seu registro refletido ficando o mesmo lavrado no livro. A-003, folha 041/058, registro 025/001, protocolo 061. Anotado em 29-12-2009.

Angela Germana Rosa
Escritora Autorizada

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90566 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Ato: 08 Cod. Cartório: 054, Comarca: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2019 9:33
Eliane Giocondo
Escritora Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Semente: 054



ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE MARCELÂNDIA
2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE MARCELÂNDIA - MT
Rua João Biondaro, 689, Centro - CEP 78535-000 - Tel.: (0**66) 3536-2233

CARTÓRIO GIOCONDO

ELIANE GIOCONDO
Registradora

Ministério das Comunicações
Fls. 79
Rubrica



CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, para títulos e

provas de personalidades jurídicas, que neste Cartório, sob o Registro de nº 025-006 às Fls.109/111, no Livro nº A-007, de Registro de Pessoas Jurídicas (RPJ), datado em 16/10/2013, encontrei o Registro da ATA Nº 003/2013 ficando arquivado neste Serviço Registral em pasta própria sob nº 025, juntamente com as cópias dos documentos que instruíram o pedido. O referido é verdade e dou fé. Marcelândia/MT, 16 de Outubro de 2013. Eu g (Eliane Giocondo), Registradora que a subscrevo.

Eliane Giocondo
ELIANE GIOCONDO
Registradora



AUTENTICAÇÃO

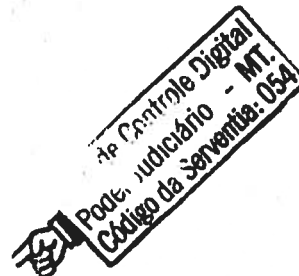
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90587 R\$ 2,20

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

Ata: 08 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:33

Simionato

Escrevente Autorizada



Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Serventia: 054

R\$ 51,80

AIK 90551

Consulta: www.tjmt.gov.br/selos

Ata Nº 003/2013.

Reunião da Assembleia Extraordinária para modificações de parte do estatuto da Associação Comunitária e Folclórica de Marelândia - RCCM "Em Regime Urgência", atendendo o pedido do Ministério das Comunicações Ofício Nº 5013/2013/CGRC/SCE - MC.



Por 06 dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze mediante convocação extraordinária do Diretor da Associação Com. Cult. & folc. De Marelândia, realizou-se a Assembleia Extraordinária nas dependências da Associação onde reuniram-se os associados residentes no município de Marelândia estado de Mato Grosso com a finalidade de fazer as alterações do estatuto da Associação Cultural e Folclórica de Marelândia - MT. Para presidir e secretariar a reunião foram chamados respectivamente o Sr. Redinei Garcia Alves e Veronisse Anselmo de Souza. Tomando a palavra o Sr. Jos. Vicente de Oliveira deu-se por iniciado os trabalhos, observando estar o quadro de associados com número suficiente de quorum, Sr. Presidente da Assembleia oficializou a instalação da assembleia extraordinária lendo para os presentes o Ofício Nº 5013/2013/CGRC/SCE - MC do Ministério das Comunicações onde solicita alterações no estatuto no através da alíneas "A, B:2) Complementação do Capítulo II estabelecendo o direitos dos associados, em conformidade com o parágrafo 83, Alínea "e" da norma nº 1/2011; B) correção do tempo de mandato da diretoria fixado

2º Ofício

AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Digitat AIK 90576 RA 220

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

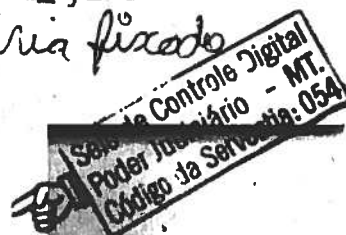
Atos de Notas e Registros

Auto: 06 Cod. Cartório: 054 Consultar: www.tj.mt.gov.br/atos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013

9:34

Ticiany Simonato

Escrevente Autorizada



em cinco anos pelo art. 12 do Estatuto, que contraria o subitem 8.2 alínea "h.3" da Norma nº 1/2011, segundo a qual o mandato não deve superar quatro anos, permitida apenas uma recondução. É continuidade, solicitou a senhora secretária que apresentasse as alterações do referido estatuto social da associação atendendo as exigências do Ministério das Comunicações para validação. Tendo sido validado favoravelmente por todos os presentes, O Presidente solicitou para a secretária prosseguir as alterações modificando na redação do estatuto social da associação transcrevendo as alterações no livro ata e o respectivo registro do Estatuto Social (Modificado) no livro "A" o Registro de Pessoas Jurídicas. Com a falante senhora Presidente da Associação agradeceu a presença de todos e não havendo mais nenhum item na ordem do dia, deu por encerrada a assembleia extraordinária, em homenagem aos 50 anos de fundação da presente ata que será assinada pelo Presidente, por mim e por três dos associados representando os demais presentes como determina o estatuto em seu Capítulo VII Parágrafo quinto. Marcelândia - Mato Grosso, 06 do mês de outubro do ano de 2013.

José Vicente de Oliveira
Presidente

2. Buzfau

OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Elaine Giacomini
Tabelião
Marcelândia-MT

Escrevente Autorizada

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT.
Código da Servente: 054

Selo de Controle Dig.
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 054

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros Cod. Serventia: 054

Cod. Ato(s): 107

AIK 90551

R\$ 51,80

Consulta: www.tj.mt.gov.br/seios

CARTORIO DO 2º OFÍCIO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Registro de ATA nº 003/2013

Aprese ASC

Registro: 025-006 Fls 109-111

Livro A-027 Arq/Prot. 234

Em Test Y da verdade

Marcelândia-MT 16/10/2013

Eliane Giocondo
Eliane Giocondo
Tabella

EM BRANCO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

EM BRANCO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Eliane Giocondo
Tabella
Marcelândia-MT

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA - A.C.C.M.



CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

Artigo 1.º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA doravante denominada (sigla) A.C.C.M. é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e de integração social, atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Marcelândia MT, constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupo comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, com sede permanente na Rua Barretos, 756, centro, Marcelândia, MT.

Artigo 2.º - Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- Reunir cidadãos interessados, associados ou não para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente; das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais, e atividades culturais e artísticas;
- Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, solidariedade e cooperação entre os moradores de bairros ou da comunidade estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanha civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;
- Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encami-

João Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Dr. Reginaldo Alves
Advogado
OAB-MT 15308

Edinei G. Alves *Leandro*



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada



- nhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;
- f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país, e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informações sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania.
- g) Explorar o Serviço de Radiodifusão comunitária sonora, de acordo com a Lei 9.612/98 pertinente a Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia (A.C.C.M.), atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade, ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (Art. 5.º Inciso IX da Constituição Federal do Brasil).

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Artigo 3.º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Marcelândia - MT sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária. Também podem se associar pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade, com direito de escolher, através de seus representantes legais, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes

Parágrafo Primeiro - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo Segundo - Ao encaminhar sua Inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo Terceiro - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;

for Vicente de Oliveira

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Rodinei G. Moura

2º Luiz Faur

Dr. Reginaldo Alves
Advogado
- OAB-MT 15508



AUTENTICAÇÃO

Comparece com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Cartório Digital: AIK 90589 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Código: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte www.jm.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013

Ticiany Simonato

Escrevente Autorizada



- b) **CONTRIBUINTES** - os que se inscreverem após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Artigo 3º A - São direitos dos associados;

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no capítulo V deste estatuto;

Artigo 4º - São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus, os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções aprovadas pela diretoria, conselhos ou Assembléia;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas assembléias comunicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Artigo 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderá ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo Primeiro - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo Segundo - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de (6) seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

CAPITULO III
DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO.

Artigo 06º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;

Fora do âmbito de atuação

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Rodinei G. Blum *2º Grau*



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90562 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tjmt.gov.br/atos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:33

Ticiany Simionato

Escrivente Autorizada



- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas gerais.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Artigo 07.º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Artigo 08.º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Artigo 09.º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Artigo 10.º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Artigo 11.º - Caberá ao Segundo Tesoureiro:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

João Vicente de Oliveira

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

2edimar A Din *29/10/2013*

Dr. Reginaldo Alves

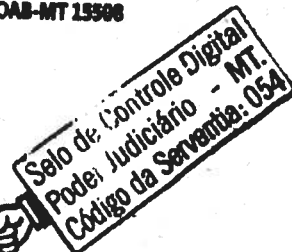
Advogado
OAB-MT 15508



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90561 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Ato: 06 Cod Cartório: 054 Consulte www.jmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 12:33

Ticiany Simionato

Escrevente Autorizada



b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Parágrafo Primeiro: Para Gestão da Emissora de Radio Difusão comunitária fica instituída a função Diretor de Operações (Diretor Geral da Emissora) com as seguintes funções:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Implementar e supervisionar a grade programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.
- c) Definir os horários e tipos de programas que serão transmitidos durante o tempo de permanência da emissora no ar, que deverá sempre ser discutida.
- d) Contratar e demitir com conhecimento do presidente da Associação pessoas para o desempenho das funções necessárias da emissora radcom.

Parágrafo Segundo: Fica instituído o Conselho Comunitário com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar divulgações da associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Terceiro: O Conselho Comunitário será composto por (5) cinco pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, culturais, de bairro ou de moradores, etc, desde que legalmente constituídas.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Artigo 12.º - O mandato da Diretoria Executiva será de (04) quatro anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo uma vez.

Parágrafo Único - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria para funções diretivas ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou ao Conselho sem a devida autorização da Diretoria, e quando sujeito a cobrança, com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Artigo 13.º - As mensalidades, e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Artigo 14.º - A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens ou, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovados em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

Parágrafo único: Não poderá ser objeto de transferência, sob qualquer pretexto, a autorização para execução dos serviços de radiodifusão comunitária

for Vicente de Oliveira

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Rodinei G. M.

2º grau

Dr. Reginaldo Alves
Advogado
OAB-MT 15508



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Digital AIK 90580 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
C.O. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tjmt.gov.br/selo
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 12:33

Ticiany Simionato

Escritório Autorizada



CAPITULO V
DAS ELEIÇÕES



Artigo 15.º - Os sócios poderão votar, para escolher seus representantes, desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Artigo 16.º - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Artigo 17.º - Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Artigo 18.º - As chapas poderão inscrever-se até 30 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Artigo 19.º - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público fixado na sede da associação, em locais públicos, nas sedes das entidades do conselho comunitário, não sendo permitido menos de que pontos de divulgação.

Artigo 20.º - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Parágrafo Único: Havendo inscrição de chapa única o presidente poderá por meio de consulta a assembléia geral propor a votação por meio de aclamação.

Artigo 21.º - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 22.º - A Presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Artigo 23.º - O Atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia obedecendo ao capítulo Da Reforma Do Estatuto E Da Dissolução.

CAPITULO VII
DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

for Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

rodinei G. M. L. 2º grau

Dr. Reginaldo Alves
Advogado
OAB-MT 15508



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé
Selo Digital: AIK 90559 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
At. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 13:33

Ticiany Simionato

Escritura Autorizada



Artigo 24.º - O Patrimônio e Receita da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia - A.C.C.M. será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, legados, auxílios, subvenções e dotações, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo único - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

Artigo 25.º - A presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPITULO VIII

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 26.º - A Assembléia Geral é o órgão régio soberano da Associação e se reunirá ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto

Parágrafo Primeiro - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo Segundo - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação, que solicitará a Assembléia, a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo Terceiro - Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo Quarto - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo Quinto - A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretario será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Artigo 27.º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano no mês de maio e terá por objetivo:

Artigo 28.º - São atribuições da Assembléia Geral:

- Avaliação e prestação de contas da Diretoria, alteração estatutária ou destituição dos dirigentes, bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.
- Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um quinto) no mínimo, dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária;

Jose Vicente de Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

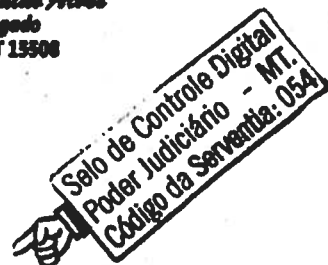
Dr. Reginaldo Alves
Advogado
OAB-MT 13508



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: AIK 90563 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Ed. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.jt.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:33

Ticiany Simionato

Escritor Autorizada



- a) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da letra (c) deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Parágrafo único: Para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da assembleia geral convocada especialmente para esta finalidade cujo quorum é o estabelecido no art. 31 deste estatuto.

Artigo 29.º - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Artigo 30.º - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Artigo 31.º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo Segundo - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Artigo 32.º - Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuando o disposto na letra (c), do Artigo 28.º.

CAPITULO IX

DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO.

Art. 33 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes).

Artigo 34.º - A dissolução da Associação Comunitária cultural e Folclórica de Marcelândia - A.C.C.M ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembleia.)

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35.º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado, ouvido o Presidente da entidade).

serviçante Oliveira
Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

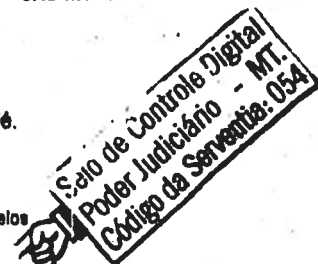
8
Dr. Rogério Alves
Advogado
OAB-MT 13508



AUTENTICAÇÃO
Conferi com o original que me foi apresentado. Dou fé.
São Digital: AIK 90564 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 9:33

Ticiany Simionato

Escritura Autorizada



Artigo 36.º O presente estatuto foi aprovado na AG do dia quatorze do mês de setembro do ano de dois mil e oito e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar).

obrigações sociais.

Parágrafo único - Os filiados não subsidiariamente respondem pelas

Marcelândia, 06 de outubro de 2013.

x *Glauco V. de Oliveira*
Presidente

x *2. Gonzaga*

x *Rodinei G. Alves*

Reginaldo Alves
Dr. Reginaldo Alves
Advogado
OAB-MT 15508

Estatuto Social da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia



AUTENTICAÇÃO

Confere com original que me foi apresentado. Dou fé.
Digital: AK 90565 R\$ 2,20
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Código: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte www.tjmt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 17 de outubro de 2013 8:33

Ticiany Simionato

Assinatura Autorizada





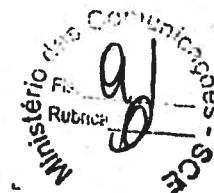
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1137/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

21713 - JOSE VICENTE DE OLIVEIRA

CPF: 328.355.159-68

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: CENTRO

Complemento:

Logradouro: RUA CORUMBA

Nº: 1042

**DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO
ENDEREÇO DECLARADO.**

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 10/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 142/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1134/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

21799 - WAGNER CID DA CUNHA

CPF: 631.729.841-68

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: VILA IZABEL

Complemento:

Logradouro: RUA SINOP

Nº: 797

**DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO
ENDEREÇO DECLARADO.**

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 10/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 142/2013



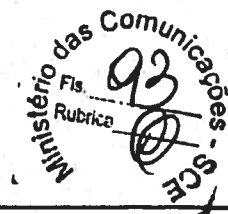
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1133/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

21638 - VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM
631.754.361-53

CPF:

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: CENTRO

Complemento:

Logradouro: RUA IPIXUNA

Nº: 1476

DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO ENDEREÇO DECLARADO.

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 10/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 142/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1167/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

25269 - VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

CPF: 580.540.819-87

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: CENTRO

Complemento:

Logradouro: RUA LONDRINA

Nº: 341

**DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO
ENDEREÇO DECLARADO.**

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 16/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 112/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1136/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

2536 - RODINEI GARCIA ALVES

CPF: 022.896.051-74

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: CENTRO

Complemento:

Logradouro: AV DA SAUDADE

Nº: 0

**DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO
ENDEREÇO DECLARADO.**

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 10/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 142/2013



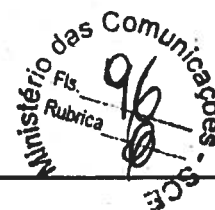
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000

Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828, E-Mail:

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

CNPJ: 32.389.870/0017-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1135/2013

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

23536 - LUCAS CRUZ DE OLIVEIRA

CPF: 650.220.921-15

ENDEREÇO

Cidade: MARCELÂNDIA

UF: MT

CEP: 78.535-000

Bairro: VILA TUPI

Complemento:

Logradouro: RUA TUPI

Nº: 1519

DECLARAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO RESIDE NO ENDEREÇO DECLARADO.

Observação: COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Data de Emissão: 10/10/2013

VALIDO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE EMISSÃO

Veronisse A. de S. Fabrin
Chefe Depº de Tributos
Portaria 1-42/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais

Nº 1821218

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA JOSE VICENTE DE OLIVEIRA, ou vinculado(a) ao **CPF: 328.355.159-68**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h38, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 10:38



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais

Nº 1821242

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, que

NADA CONSTA

CONTRA WAGNER CID DA CUNHA, ou vinculado(a) ao **CPF: 631.729.841-68**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h40, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 10:40



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1821854

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM, ou vinculado(a) ao **CPF: 631.754.361-53**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 11h15, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 11:15



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais

Nº 1821329

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, que

NADA CONSTA

CONTRA VALMIR DA SILVA OLIVEIRA, ou vinculado(a) ao CPF: **580.540.819-87**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h45, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 10:45



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais

Nº 1821279

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, que

NADA CONSTA

CONTRA RODINEI GARCIA ALVES, ou vinculado(a) ao **CPF: 022.896.051-74**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

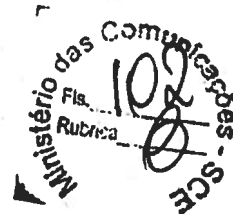
Brasília/DF, 10h42, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 10:42



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais

Nº 1821295

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, que

NADA CONSTA

CONTRA LUCAS CRUZ DE OLIVEIRA, ou vinculado(a) ao **CPF: 650.220.921-15**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h43, 26/09/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 26/09/2013 10:43



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138489

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSE VICENTE DE OLIVEIRA, ou vinculado ao **CPF: 328.355.159-68**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfmt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h08, 26/09/2013.

Endereço: Av João Campos, nº 1.230, Qd. 50, lte 15. Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138494

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

WAGNER CID DA CUNHA, ou vinculado ao CPF: **631.729.841-68**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfmt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h13, 26/09/2013.

Endereço: Av Julio Campos, nº 1.230, Qd. 50, lote 15. Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138484

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM, ou vinculado ao CPF: **631.754.361-53**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

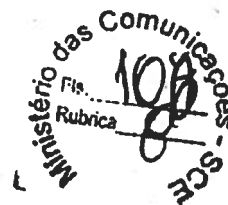
- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfmt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h07, 26/09/2013.

Endereço: Av Julio Campos, nº 1.230, Qd. 50, lote 15. Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138492

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA, ou vinculado ao **CPF: 580.540.819-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfimt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h12, 26/09/2013.

Endereço: Av Julio Campos, nº 1.230, Qd. 50, lote 15. Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138476

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

RODINEI GARCIA ALVES, ou vinculado ao **CPF: 022.896.051-74**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfmt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h02, 26/09/2013.

Endereço: Av Júlio Campos, nº 1.230, Qd. 50, lote 15. Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Sinop



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 138490

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCAS CRUZ DE OLIVEIRA, ou vinculado ao **CPF: 650.220.921-15**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Sinop.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Sinop (www.jfmt.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Sinop, com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Estado de Mato Grosso = Sinop/MT;

Sinop/MT, 10h11, 26/09/2013.

Endereço: Av João Campos, nº 1.230, Qd. 50, lote 15, Centro. 78550-000.
Fone: (66) 3901-1261 / 3901-1259. e-Mail: 01vara.SNO@trf1.gov.br



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOSE VICENTE DE OLIVEIRA**

Inscrição: **004457691821** Zona: 23 Seção: 258

Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT

Data de Nascimento: 21/10/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: GERALDA INACIO DE OLIVEIRA
JOSE NICOLAU DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 11:58 de 11/10/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZVQV.S6YJ.FH/9.QEQO**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **WAGNER CID DA CUNHA**
Inscrição: **014199141899** Zona: 23 Seção: 264
Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT
Data de Nascimento: 12/02/1973 Domiciliado desde: 09/08/1989
Filiação: **ELZA MARIA DOS SANTOS**
JOSE ONOFRINO DA CUNHA

Certidão emitida às 09:19 de 10/10/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **NYQY.ZQSF.DKMQ.1KD/**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM**
Inscrição: **011025471864** Zona: 23 Seção: 262
Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT
Data de Nascimento: 05/08/1970 Domiciliada desde: 06/08/1988
Filiação: MARIA APARECIDA GARCIA DE SOUZA
JOSE ANSELMO DE SOUZA

Certidão emitida às 10:52 de 26/09/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

CFLI.ABCD.ZJ4C.MOK3



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

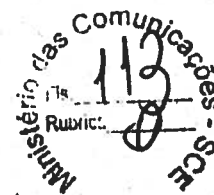
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **VALMIR DA SILVA OLIVEIRA**
Inscrição: **015676121899** Zona: 23 Seção: 265
Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT
Data de Nascimento: 10/12/1966 Domiciliada desde: 13/05/1992
Filiação: ILDA ROSA PAES DA SILVA
ABEL DA SILVA OLIVEIRA

Certidão emitida às 11:24 de 26/09/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **1IX5.+DØI.PD1I.TD9P**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

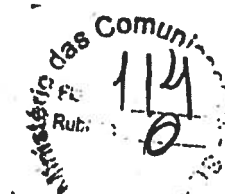
Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **RODINEI GARCIA ALVES**
Inscrição: **022453671899** Zona: 23 Seção: 285
Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT
Data de Nascimento: 26/09/1982 Domiciliado desde: 31/03/2000
Filiação: MARIA ALICE GARCIA ALVES
PEDRO GUILHERME ALVES APARECIDO

Certidão emitida às 11:28 de 26/09/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **W2DF.V3QQ.CX5V./DFM**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **LUCAS CRUZ DE OLIVEIRA**
Inscrição: **017179361805** Zona: 23 Seção: 255
Município: 98710 - MARCELÂNDIA UF: MT
Data de Nascimento: 25/09/1977 Domiciliado desde: 16/05/1994
Filiação: **CLEIDE DA CRUZ MARQUES**
WALDEMAR ANTONIO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 09:27 de 10/10/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **/AT2./OYO.RX6F.IOXG**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
AS DE TERCEIROS

Nº 002122013-10001808

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELA

CNPJ: 02.610.808/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212, de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 26/09/2013.

Válida até 25/03/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELANDIA
CNPJ: 02.610.808/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:57:21 do dia 27/09/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/03/2014.

Código de controle da certidão: **7A59.0FF4.FFA9.638F**

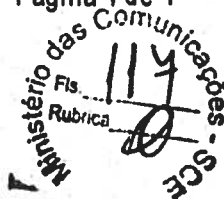
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



**Secretaria de Estado
de Fazenda**



Sistema de Certidão Negativa de Débito

Data: 18/10/2013 - 15:18:08

Certidão referente ao ICMS/ IPVA para fins gerais

Número : 0010434744

Certidão fornecida para CNPJ/MF : 02.610.808/ 0001-16

Razão Social : ASSOCIACAO COMUNITARIA CUL. E FOL. DE MARCELANDIA

Emitida em : 15/10/2013

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, excetuada a eventual existência de créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI e/ou acordo de parcelamento.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND/SEFAZ.

-Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: www.sefaz.mt.gov.br

Esta Certidão tem validade até 14/11/2013 - Fornecimento Gratuito

Código de Autenticidade : TB2TBT2BUAMT2BL

Retornar



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03.238.987/0001-75

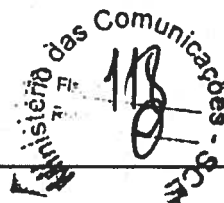
Rua Guaira - n°. 777 - Centro - CEP 78.535-000

Fone: Telefone: (66)

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

Fax:

www.marcelandia.mt.gov.br



Certidão Negativa De Débitos Do Contribuinte

Certidão nº 0456 / 2013

Contribuinte

Nome / Razão Social

ASSOC. COM. CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELANDIA

CPF/CNPJ

02.610.808/0001-16

Endereço

RUA BARRETOS

Nº

756

Cep

78535-000

Bairro

CENTRO

Cidade

MARCELANDIA

UF

MT

Complemento

Informações

Nome Fantasia

RADIO CIDADE FM

Atividade

SERVICOS COMUNITARIOS

Início das Atividades

12/05/1988

Finalidade

PARA FINS DE QUITAÇÃO DE DEBITOS

Referência

NADA CONSTA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de cobrar quaisquer créditos tributários, CERTIFICO, para a finalidade acima indicada, NÃO EXISTIR, débitos, taxas, multas e demais tributos municipais, até a presente data, pelo que, na forma dos dispositivos regulamentares vigentes, forneço a presente CERTIDÃO NEGATIVA, a qual produzirá os efeitos legais.

Veronice A. de S. Fabrin
Chefe Dep. de Tributos
Prestam 143/2013

Certidão emitida em 10/10/2013 às 09:41

Certidão válida até 10/11/2013

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 02610808/0001-16**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO COMU CULTURAL E FOLCLORICA DE MARCELÂNDIA**Endereço:** R JOSE SEVERINO DE MOURA 27 SALA 05 / CENTRO /
MARCELÂNDIA / MT / 78535-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/09/2013 a 25/10/2013**Certificação Número:** 2013092609590664181268**Informação obtida em** 15/10/2013, às 16:17:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Ministério das Comunicações - SCD
Fls. 120
Rubrica

172

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

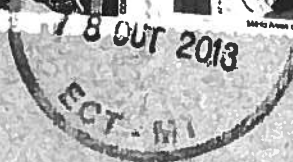
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica •

Esplanada dos Ministérios - Bloco R

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

CEP: 70044-900 Brasília - DF.





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 22 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 22/08/2014, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0099689** e o código CRC **4C9C055D**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 17474/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.046500/2013-87**

Processo de Outorga nº: **53690.001137/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Marcelândia/MT**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitem 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) - a entidade deverá apresentar:

- a) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;
- c) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser

apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 04/12/2014, às 13:41, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 04/12/2014, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0244483** e o código CRC **7BA54EF2**.

Minutas e Anexos



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 19775/2014/SEI-MC

São Paulo, 18 de novembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia
Rua Barretos nº 756 - Centro
78535-000 / Marcelândia – MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046500/2013-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **17474/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 04/12/2014, às 13:41, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0244659** e o código CRC **D459E6E0**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 19773/2014/SBI-MC

São Paulo, 18 de novembro de 2014

ENC

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Comunitária Cultural e Policlórica de Marcelândia

Rua Barretos nº 756 - Centro

78535-000 / Marcelândia - MT

CEP

PAIS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046500/2013-87.

DEC

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

Raimundo S. G. Francisco

19/12/14

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /

1993881-0

Aray H. Barbosa
Mat. 8.429.599-6

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

11 9 DEZ 2014

MARCELÂNDIA - MT

75241/2013-0

FC0463/16

114 x 188 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

1. **CONTO DO PAGAMENTO DA DESPESA DE REFORMA DO COLETO**

715215

DATA DE POSTAÇÃO

JH 32653133 5 BR

INSTITUTE OF POSTAL AND TELEGRAPH DEPT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOMIE DU RAZZIALIA DO REMETENTE / NOM DU RAZON SOCIAL DE L'EXPEDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PREÇO PARA DEVOLUÇÃO: R\$ 10,00

ITALIA 692 - BLOCCO 1 - MEZANINO - VILLAGGIO POLIGNA

0098-1016 (1) FAX (11) 3101-8630
0098-1016 (1) FAX (11) 3101-8630

SIÈGE / LOCALITÉ

311

BR A2

ENDEREGO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOR

RETOUR

FRANCE

JH 32653133 5 BR

5

•

10



Associação Comunitária Cult. e Folc. de Marcel.
Sede: Rua Barretos, 756
Caixa Postal 32 - Bairro Centro
78535-000 Marcelândia - MT

Associação Comunitária Cult. e Folc. de Marcelândia

15 de janeiro de 2015

Ofício n.º 002/2015

Ao
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - 3º andar
CEP: 70044-900 Brasília - DF.

Assunto: Apresentação de copia de Ata de eleição e posse da Diretoria e Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia - ACCM, atendendo a solicitação do ministério das comunicações officio N° 19775/2014/SEI-MC.

Prezado (os) Senhor (es):

Eu, *José Vicente de Oliveira*, representante legal da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, venho através deste apresentar copia de ata de assembleia geral extraordinária que elegeu a nova Diretoria e Conselho Comunitário em exercício, da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, juntamente com copia autenticada do Rg e CPF de todos os atuais dirigentes.

Sem mais para o momento, nos melhores interesses elevamos a nossa estima e distinta consideração,

Atenciosamente,

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 23/01 / 15 às 15:00 horas

Assinatura: *Conceição*

José Vicente de Oliveira
José Vicente De Oliveira - Diretor Presidente
CPF - 328.355.159-68

*Divulgando e informando a comunidade sobre
seus direitos e deveres.*

Ata nº 001 / 2015

Katia Flavia Barbosa de Queiroz

Escritor Autorizada



Reunião da Assembleia Extraordinária para eleição
para a Diretoria e Conselho Comunitário da Associação
Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia -
ACCM "em Regime de Urgência", atendendo a Solicitação
do Ministério das Comunicações ofício nº 19775/2014/SEL-MC.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil
e quinze, nesta cidade e município de Marcelândia,
Estado de Mato Grosso, reuniram-se os associados em
Assembleia Geral Extraordinária convocada por edital
da presidência por aclamação, Sr. José Vicente de Oliveira,
que convidou a mim, Veronisse Anselmo de Souza Jábium
para secretariar a Sessão, ficando assim constituída
a mesma. Em seguida, o Sr. Presidente, o Sr. José Vicente
de Oliveira declarando iniciada a sessão, disse que a
finalidade desta assembleia era para: realização da
eleição da nova diretoria e Conselho comunitário
ambos pelo prazo restante do mandato em substituição
ao atual que encontra-se vencido. Em continuidade foi
feita a chamada das chapas inscritas como decorrentes
da eleição. Foi apresentada pelos associados presentes, apenas
e unicamente uma chapa de consenso comum, indicada para
compor a diretoria executiva e os respectivos cargos de
diretoria, os seguintes associados: Presidente - José Vicente
de Oliveira, brasileiro, casado, autônomo, RG. 1069680-4
SSP/MT, CPF. 328.355.159-68, domiciliado à Rua Comendador,
1042, Centro, Marcelândia - MT, Vice Presidente - Wagner
Cid da Cunha, brasileiro, solteiro, fiscal Tributário, RG.
1095828-2 SSP/MT, CPF. 631.729.841-68, domiciliado
à Rua Ivone Cavaleiro, 2387, Bom Jesus, Marcelândia -
MT, 1ª Secretária - Veronisse Anselmo de Souza

Fabam, brasileira, casada, servidora pública municipal, Rg. 0718910-9 SSP/MT, CPF 631.754.361-53, domiciliada à Rua Ipiruna, 1476, Centro, Marcelândia - MT, 2º Secretário - Valmir da Silva Oliveira, brasileiro, casado, auxiliar administrativo, Rg. 2643058-4 SSP/MT, CPF 580.540.819-87, domiciliado à Rua Soudrime, 341, Centro, Marcelândia - MT, Tesoureiro - Rolinei Garcia Alves, brasileiro, solteiro, radialista, Rg. 1993931-0 SSP/MT, CPF 022.896.051-74, domiciliado à Rua Ovelândia Reta Alves, 756, Jardim Andressa, Marcelândia - MT, 2º Tesoureiro - Paulino Tarcilio Borges, brasileiro, solteiro, serviços gerais, Rg. 1095754-5 SSP/MT, CPF 803.957.551-53, domiciliado à Rua Domingos Martin, s/n, Marcelândia - MT, e uma chapa para compor o conselho comunitário com os seguintes candidatos ao conselho: Jana Eloisa Santos de Oliveira - Representante da Pastoral da Criança, Reimundo Seneel Queiroz Francisco - Representante do Conselho Municipal de Cultura, Maria José da Cruz - Representante do Clube de Mães, Thelissa Fernanda Benes Gambim - Representante da ADCM - Associação Das Donas de Casa de Marcelândia, Samuel Garcia da Silva - Representante da APAE. Depois de apresentadas as chapas, e observando haver consenso dentre todos os associados presentes, o Sr. Presidente determinou a apresentação das chapas para aclamação por parte dos presentes associados, parágrafo quarto do artigo vinte e seis do estatuto social, tendo em vista a apresentação de uma única chapa para a diretoria e para o conselho comunitário. Após aclamação por unanimidade por parte dos presentes e consenso total, o Sr. Presidente da reunião procedeu à posse dos aclamados para a diretoria da Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, o qual acolhendo a proposta chamou para a mesa



Os eleitos, e diante de todos os presentes deu como
empossada a diretoria da Associação Comunitária
Cultural e folclórica de Marcelândia, a qual será
oficializada após o registro do Cartório de Registro
de Marcelândia. Dando continuidade, o Sr. Presidente
da reunião procedeu à posse dos aclamados para
compor o Conselho Comunitário da Associação
comunitária Cultural e folclórica de Marcelândia,
o qual acolhendo a proposta, chamou para a mesa
os eleitos, e diante de todos os presentes deu
como empossada, o Conselho Comunitário da
Associação Comunitária Cultural e folclórica de
Marcelândia.



Com a palavra o Sr. Presidente da Associação
Comunitária Cultural e folclórica de Marcelândia
agradeceu a presença de todos e não havendo mais
nenhum item na ordem do dia deu por encerrada
a assembleia extraordinária, eu Venonisse Anselmo
de Souza fabrim laurei a presente ata que será
assinada pelos membros da diretoria e por três
dos associados representando os demais presentes,
como determina o estatuto em seu capítulo VIII
parágrafo quinto.

Marcelândia - Mato Grosso, 05 de Janeiro do ano
de 2015.

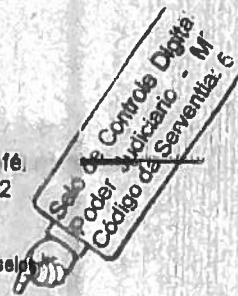
João Vicente de Oliveira
João Vicente de Oliveira
Presidente

Wagner Cid da Cunha
Wagner Cid da Cunha
Vice Presidente

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANV 31233 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 064 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selecao
Marcelândia-MT, 19 de Janeiro de 2015 14/10

Katla Flavia Barbosa de Queiroz

Escritorinha Autorizada



x *Fau Souza*

Venonice Anselmo de Souza Febrin
1º Secretário



x *Valmírcia da Silva*
Valmírcia da Silva
2º Secretário

Rodinei G. Alves
Rodinei Garcia Alves
1º Tesoureiro

x *Paulino F. Borges*
Paulino Lourenço Borges
2º Tesoureiro

x *Heliana Brango Garcia*
x *Raimundo Samuel Queiroz Francisco*
x *Dona Gleisa Santos de Oliveira*

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

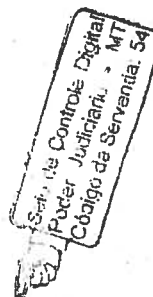
Registro de ATA Nº 001/2015
Apresentação ACCM
Registro DESCRIÇÃO Fls 000/000
Livro A-000 Arq/Protocolo 1276
Em Test S da verdade
Marcelândia-MT 07/01/2015

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros Cod. Serventia: 054
Cod. Ato(s): 107

ANH 25583

R\$ 54,20

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos



Eliane Giocondo
Eliane Giocondo
Tabelião



Cópia de CPF e RG dos dirigentes da ACCM



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1069678-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/04/94

NOME JOSE VICENTE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO JOSE NUCOLAU DE OLIVEIRA

GERALDA INACIO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 21/10/1949

DOC ORIGEM C. CASM. LIV. 17 FLS. 19V

TERM 5382 JAGUAPITA-PR

CPF 328355159-68

COIABA-MT MARINA CASSEIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INST. IDENTIFICACAO CRIMINAL 032

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25517 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12

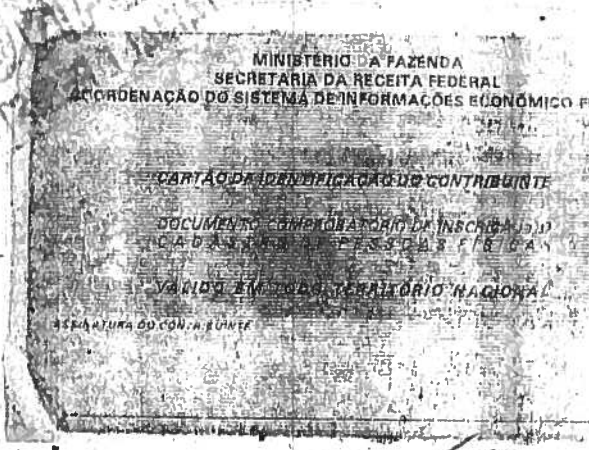
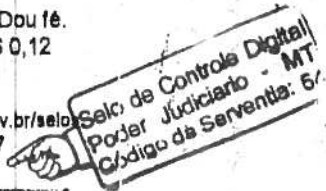
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

20. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 14:07



Katia Flávia Barbosa de Queiroz

Escritor Autorizada



AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25518 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12

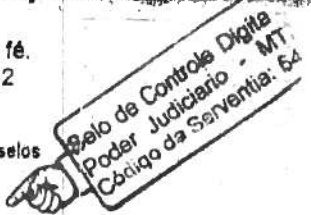
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros

20. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 14:07



Katia Flávia Barbosa de Queiroz

Escritor Autorizada



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1085828-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/09/94

NOME WAGNER CID DA CUNHA

FILIAÇÃO JOSE ONOFRINO DA CUNHA

NATURALIDADE ELZA MARIA DOS SANTOS

LONDRINA-PR DATA DE NASCIMENTO 12/02/1973

DOC ORIGEM C.NASC. LIV. 114 FLs. 264

TERM 164090 LONDRINA-PR

CPF 631729841-68

CLASSE - MT MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL 032

LEI Nº 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDIO MENDES DE PAIVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25509 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atos de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 08 de Janeiro de 2015 11:52



Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário, MT
 Código da Serventia: 54

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

631.729.841-68

WAGNER CID DA CUNHA

12/02/1973

Cartão de uso pessoal e intransferível.
 Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Malta/2001

CORREIOS
www.correios.com.br

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25508 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atos de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 08 de Janeiro de 2015 11:52



Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 54

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0718910-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/11/2002

NOME VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM

FILIAÇÃO JOSE ANSELMO DE SOUZA MARTA APARECIDA GARCIA DE SOUZA

NATURALIDADE IPORA-PR DATA DE NASCIMENTO 05/08/1970

DIG. ORIGEM C. CASM. LIV. B2 FLS. 64 TERM 64 MARCELÂNDIA-MT

CPF 631754361-53

Manoel Francisco da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

2VIA-104

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25460 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selo
 Marcelândia-MT, 06 de janeiro de 2015 9:15

Ellene Giocondo

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 5



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

Matrícula de Pessoa Física

631.754.361-53

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM

05/08/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível.
 Deve ser apresentado junto com um documento de identificação.

BRASIL

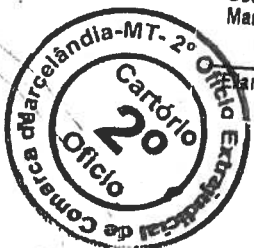
CORREIOS

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25461 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros

Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 06 de janeiro de 2015 9:15

Ellene Giocondo

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 6



VALDA EM TODOS OS RRI RIONACIO AL

REGISTRO GERAL 2546058-4 DATA DE EXPE CAD 1/01/2011

NOME VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

PLACAO ABEL DA SILVA OLIVEIRA

ILDA ROSA PASS DA SI A

NATURALIDADE TERRA RICA-PR DATA DE NASCIMENTO 10/12/1966

DOC ORIGEM C. CARM. LIV. B2 FIB. 034

TERM 34

MARCELÂNDIA MT

CPF 880540819-87

Deleto de Azevedo Silva Moraes

CRIMINALS Metropolitana de

104

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEG. RANÇA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIRETO

Valmir da Silva Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25462 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 9:15

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 5



Ellane Glocondo

10-12-66

880540819-87

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COM ROBO TÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25463 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 9:15



Ellane Glocondo

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 54

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1993881-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/07/2005

NOME RODINEI GARCIA ALVES

FILIAÇÃO PEDRO GUILHERME ALVES APARECIDO

MARIA ALICE GARCIA ALVES

NATURALIDADE AMAMBAI-MS DATA DE NASCIMENTO 26/09/1982

DOLOREZ C. NASC. LIV. AS FLS. 57

TERM 5657 TACURO-MS

CPF 022886051-74

Assinatura

Valma de Azevedo Silva Moraes

ABENATURADO DIRETOR DE REGISTROS

LEI Nº 7.115 DE 20/06/81

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDONÇA

Assinatura

RODINEI GARCIA ALVES

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25513 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atas de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 11:53



Assinatura

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 6

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

022.896.051-74

RODINEI GARCIA ALVES

26/09/1982

Cartão de uso pessoal e intransferível.
 Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CORREIOS

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25512 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Atas de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 06 de Janeiro de 2015 11:52



Assinatura

Selo de Controle Digital
 Poder Judiciário - MT
 Código da Serventia: 6

VALDA EM TODOS OS ESTADOS

REGISTRO
1085754-5

DATA DE
EXPIRAÇÃO 12/03/94

NOME PAULINO TARCILIO BORGES

SUBSCRITO
PAULINO BORGES DA SILVA
GERALDA ALVES DA SILVA

NATURALIDADE
SAO PEDRO DO SUAQUI-M 09/03/1969

DATA DE NASCIMENTO

DO OUTRO
C.NASC. LIV. A18 FLS. 225
TERM 9072 S. PEDRO DO SUAQUI-MG

SPF * * * * *

DIACR. MT
MARINA CASSEIRA BASTOS AROCHA
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICACAO E REGISTRO 037

LEI Nº 11 DE 20/04/88

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DR. AROLDINO BONDINI



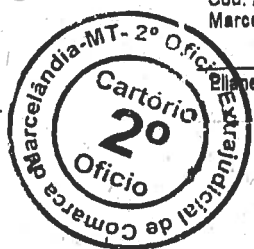
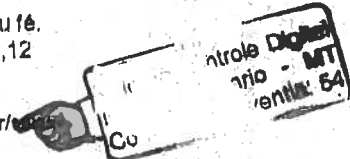


Paulino T. Borges

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICACAO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25379 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. At: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/...
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 10:29



Elaine Glacordo Tabella

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
803.957.591-53

Nome
PAULINO TARCILIO BORGES

Nascimento
09/03/1969

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
3870.CE44 3447.E910

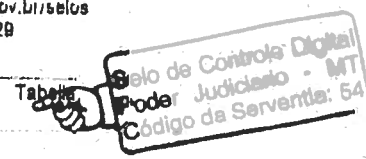
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

AUTENTICACAO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25380 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. At: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/...
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 10:29



Elaine Glacordo



Cópia de CPF e RG dos membros do Conselho Comunitário em da ACCM

REGISTRO GERAL 1409238-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/01/2014

NOME RAIMUNDO ISRAEL QUEIROZ FRANCISCO

FILIAÇÃO RAIMUNDO FRANCISCO SOARES SEBASTIANA BERTO DE QUEIROZ FRANCISCO

NATURALIDADE BARRA DO BUGRES-MT DATA DE NASCIMENTO 21/04/1982

DOC. ORIGEM C.NASC. LIV. A 20 FLS.141 V

TERM 8350

BARRA DO BUGRES MT

CPF 000131251-09

Tel na de Azevedo Silva Moraes

Diretora Metropolitana de

Identificação

ASSINATURA DO DI

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital: ANH 25536 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

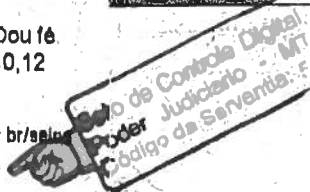
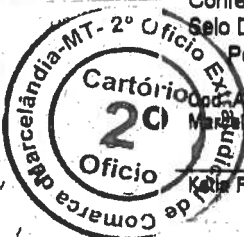
Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Maracá-MT, 06 de janeiro de 2015

16:03

Kellen Flavia Barbosa de Queiroz

Escrivente Autorizada



Receita Federal

Comprovante de inscrição e de situação Cadastral no CPF

Nº: 000.131.251-09

Nome da pessoa Física: RAIMUNDO ISRAEL QUEIROZ FRANCISCO

Situação Cadastral:

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Receita Federal na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br - Aprovada pela IN/RFB nº 1, de 18/10/2004



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Selo Digital ANH 25537 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Atos de Notas e Registros

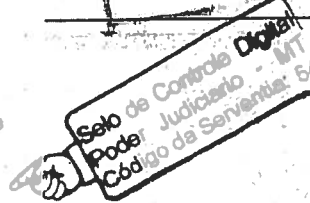
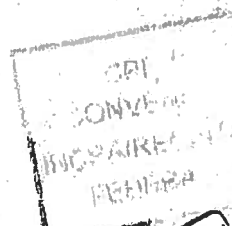
Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte www.tj.mt.gov.br/selos

Maracá-MT, 06 de janeiro de 2015

16:03

Kellen Flavia Barbosa de Queiroz

Escrivente Autorizada

Ministério da fazenda
Receita Federal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2314383-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/08/2008

NOME SAMUEL GARCIA DA SILVA

FILIAÇÃO ANTONIO GARCIA DA SILVA

DELIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA

NATURALIDADE JANAUBA-MG DATA DE NASCIMENTO 15/04/1979

DOD. ORIGEM C.CASM. LIV. 93 FLEB. 230

TERM 30384

BETIM-MG

CPF 042982306-19

ASSINATURA DE Telemar da Azevedo Silva Moraes

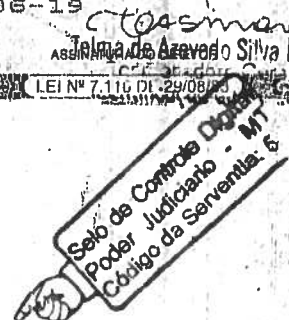
LEI Nº 7.116 DI 29/08/05

AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25427 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 05 de Janeiro de 2015 14:01



Flavia Barbosa de Queiroz

Escrevente Autorizada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome SAMUEL GARCIA DA SILVA

Nº de Inscrição 042982306-19

Data do Nascimento 15/04/79



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura Samuel Garcia da Silva

SAMUEL GARCIA DA SILVA

S E R P R O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

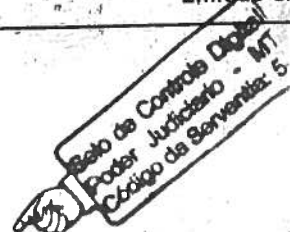
Emitido em : 20/09/97



AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 Selo Digital: ANH 25428 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
 Ato de Notas e Registros
 Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
 Marcelândia-MT, 05 de Janeiro de 2015 14:01

Flavia Barbosa de Queiroz

Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2109959-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/08/2011

NOME DHIESSICA FERNANDA BENES GAMBIM

FILIAÇÃO JOÃO CARLOS GAMBIM

SOLANGE BENES

NATURALIDADE MARCELÂNDIA-MT DATA DE NASCIMENTO 27/10/1988

DOC. ORIGEM S. NASC. LIV. 001 FIB. 127

TÉRMO 703

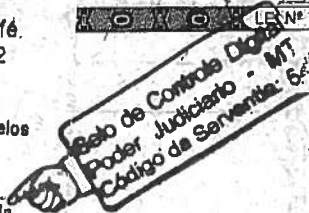
MARCELÂNDIA MT

CPF 029674461-14

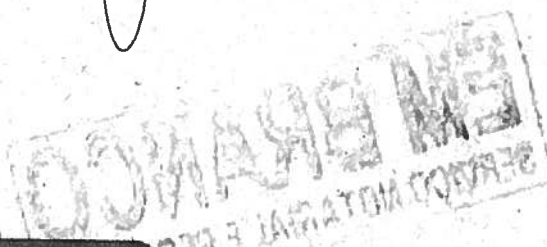
ASSINATURA DO DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25430 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 14:01



Flávia Barbosa de Queiroz
Escrevente Autorizada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

029.674.461-14

DHIESSICA FERNANDA BENES GAMBIM

27/10/1988

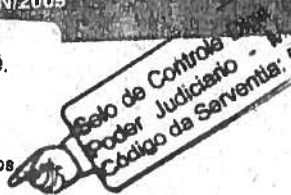
REALSENHACARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identificação

JAN/2009

CORREIOS
www.correios.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25429 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054 Consulte www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 14:01



Flávia Barbosa de Queiroz
Escrevente Autorizada

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 918 641 DATA DE EXPEDIÇÃO 07.06.91

NOME MARIA JOSÉ DA CRUZ

FILIAÇÃO José da Cruz Evangelista
Maria Batista da Silva

Residência Conto-MT. 09.10.70
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. nº 1048, Liv. 13, Fls. 351, Arruda-
DOC ORIGEM MT.

CPF
Mariana Casemira Bastos Arruda
Diretora M.C.G. MT

QUIABA-MT ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

PL 02

Maria José da Cruz
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25378 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 10:28

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: F



Ellane Glocondo
Tabela

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

600.577.061-15

MARIA JOSE DA CRUZ

09/10/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Banco do Brasil

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25377 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 08 Cod. Cartório: 054 Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 05 de janeiro de 2015 10:28

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 54



Ellane Glocondo
Tabela

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2528198-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/2010

NOME DARA ELOISA SANTOS DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA

LILIAN MARIA LARA DOS SANTOS

NATURALIDADE SORRISO-MT DATA DE NASCIMENTO 21/02/1996

DOO. Original: NASC. LIV. 8 FLS. 296

TERM 4282

VERA MT

CPF: * * *

Telma de Azevedo Silva Moraes
Diretora Metropolitana de Identificação Técnica
DEPTEC PSE/USP/MT

136

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO

Dara Eloisa Santos de Oliveira

SSIN: 01401111

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25511 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 08 de janeiro de 2015 11:52



Eliane Glacundo

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: F

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
051.847.611-10

DARA ELOISA SANTOS DE OLIVEIRA

Nascimento
21/02/1996

Adesão BRASIL 31837 03/10

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
SET/2010

BANCO DO BRASIL

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Selo Digital: ANH 25510 R\$ 2,30 ISSQN R\$ 0,12
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 054. Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos
Marcelândia-MT, 08 de janeiro de 2015 11:52



Eliane Glacundo

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 54

Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia (ACCM)
Rua Barretos, Nº 756 – Centro
CEP: 78535-000 / Marcelândia-MT

Ofício n.º 002/2015

Marcelândia, 19 de janeiro de 2015

Ao
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - 3º andar
CEP: 70044-900 Brasília - DF.



20 JAN 2015
MARCELÂNDIA

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (g) 0.089

JH 35616059 3 BR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2027-6000

Memo. nº 1004/2015/SEI-MC

São Paulo, 02 de abril de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

| <u>CNPJ</u> | <u>Entidade</u> <u>Localidade</u> |
|---|--------------------------------------|
| 1. Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria 02.285.893/0001-94 | Paulo de Faria/SP |
| 2. Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social 03.889.289/0001-30 | Nova Esperança do Sul/RS |
| 3. Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto 02.167.616/0001-87 | Rio Preto/MG |
| 4. Associação Cultural Comunitária Serrana 02.791.364/0001-62 | Ribeirão Pires/SP |
| 5. Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca 02.079.345/0001-08 | Meruoca/CE |
| 6. Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia 02.610.808/0001-16 | Marcelândia/MT |
| 7. Fundação Deputado José Walfrido Monteiro 01.625.707/0001-56 | Icó/CE |
| 8. Associação Cultural Amigos de Dores de Campos 02.197.292/0001-20 | Dores de Campos/MG |
| 9. Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM 02.839.960/0001-75 | Cravinhos/SP |
| 10. Associação das Mulheres Espinosenses - AMES 01.769.949/0001-13 | Espinosa/MG |

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao, Delegado**, em 06/04/2015, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0446881** e o código CRC **4C592FF9**.

Consulta Geral - RADCOM**Identificação do Pedido RADCOM**

UF: MT
Município: Marcelândia
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA
Nome Fantasia: RÁDIO CIDADE FM
Logradouro: RUA BARRETOS
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.610.808/0001-16
Bairro: CENTRO
Número: 756
Fax: Não Informado

☒ **Dados da Outorga**☐ **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

| Nº Ato | Tipo do documento | Órgão | Data Ato | Data DOU | Razão | Natureza |
|--------|---------------------|-------|------------|------------|---|----------|
| 636 | Portaria | MC | 05/10/2000 | 16/10/2000 | Autoriza Executar Serviço | Jur. |
| 19173 | ATO | SCM | 27/09/2001 | 01/10/2001 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
| 383 | Decreto Legislativo | CN | 30/07/2003 | 31/07/2003 | Deliber. do C. Nacional | Jur. |
| 596 | ATO | CMPRL | 03/02/2009 | 05/02/2009 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
| 238 | Portaria | MC | 21/06/2010 | 17/09/2010 | Multa | Jur. |

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento**

 Tela Inicial  Imprimir



Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.118 - Processo nº 53578.002520/2008. Aplica-se à sanção de multa VIACLIK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização do poder concedente, com uso de radiofrequência sem autorização e pela utilização de equipamentos não homologados pela Anatel e que utilizam espectro radioelétrico, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, a multa no valor R\$ 4.010,08 (quatro mil, dez reais e oito centavos), infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentares, respectivamente: artigos 131 e 163, caput, da Lei de nº 9.472/97, e art. 10 da Resolução nº 272/2001 e art. 4º c/c art. 55, § V, alínea "b" do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações - RCHPT, aprovado pela Resolução nº 242/2000.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.120 - Processo nº 53578.002395/2008. Aplica-se à sanção de multa TOTAL LINHAS AÉREAS S.A. pelas irregularidades de Coordenadas geográficas da estação da estação nº 683288172, uso não autorizado de radiofrequência para executar o Serviço de Limitado Privado e pela utilização de equipamentos não homologados pela Anatel e que utilizam o espectro radioelétrico na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, a multa no valor R\$ 800,00 (oitocentos reais), infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentares, respectivamente art. 163, caput da Lei de nº 9.472/97 e art. 17 do Regulamento de Uso do Espectro de radiofrequências - RUER, aprovado pela Resolução nº 242/2000.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.126 - Processo nº 53581.000747/2007. - Aplicar-se à sanção de multa EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, executante do STFC Rádio Telefônico - Estações Terrenas, na cidade de Alta Floresta D'Oeste, no Estado Rondônia, a multa no valor R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), pelas irregularidades de Coordenadas geográficas da estação nº 68332277 diversas das autorizadas, infringindo o disposto nos dispositivos legais e regulamentar, respectivamente: Art. 1º Portaria Anatel de nº 001/2004, c/c art. 37, inciso II e art. 39, §3º do RST, anexo à Resolução nº 73/98.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.138 - Processo nº 53587.000133/2010. Aplica-se à sanção de multa IVANILDE CARVALHO DA SILVA, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade Boa Vista, no Estado de Roraima, a multa no valor R\$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos reais), pela irregularidade de instalação e operação em local diferente do licenciado da estação nº 690785577, coordenadas geográficas da estação nº 690785577 e utilização de equipamentos sem certificação/homologação na estação nº 690785577 infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentar: Item 9.1 e 10.1 da Norma MC n.13/97, art. 1º da Portaria Anatel nº 001/2004, c/c art. 37, inciso II e art. 39, § 3º do RST, anexo à Resolução nº 73, de 25/11/1998, Item 9.4 e 10.1 da norma MC nº 13/97 e art. 4º e 55, inciso V, alínea "b" do RCHPT, anexo a Resolução nº 242, de 30/11/2000.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.139 - Processo nº 53587.000134/2010. - Aplicar-se à sanção de multa JOSE DE SOUZA executante do serviço Limitado Privado, na cidade Boa Vista, no Estado Roraima a multa e no valor R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), pelas irregularidades de Instalações e operação em local diferente do licenciado da estação nº 679404562 e Coordenadas geográficas da estação nº 679404562 diversas das autorizadas, transceptor operando com frequências diferentes das autorizadas na estação nº 679404562 e utilização de equipamentos sem certificação/homologação na estação nº 679404562, infringindo o disposto dos dispositivos legais e regulamentares, respectivamente: Item 9.1 e 10.1 da Norma MC nº 13/97 art. 1º Portaria Anatel de nº 001/2004, c/c art. 37, inciso II e art. 39, §3º do RST, anexo à Resolução nº 13/97 e art. 26 § 8º e art. 53 do RUER, anexo à Resolução nº 242/2000.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.144 - Processo nº 53587.000029/2007. Aplica-se a ELIZÂN-GELA TEIXEIRA PEREIRA, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Boa Vista, Estado do Roraima, a multa é no valor R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) pela infração de alterar a frequência de operação da estação o que infringe o preceito dos itens 9.4 e 10.1 da Norma nº 13/97, com sanção prevista no item 13.5, inciso II Alínea "c" da mesma Norma, combinada com o art. 82, inciso II, do anexo à Resolução 259/01, e com art. 173 § II da Lei nº 9.472/97, pela utilização de equipamentos sem certificação, o que constitui infração aos arts. 4º e 55, § V, alínea "b" do anexo a Resolução nº 242/2000, com sanção prevista neste último dispositivo, combinado com o art. 173 inciso II da Lei nº 9.472/97, pela alteração da altura da antena, o que caracteriza infração ao art. 26 § 8º inciso 5º combinado com o art. 53, ambos do anexo a Resolução 259/2001, com sanção prevista no art. 173 inciso II da Lei nº 9.472/97, pela falta de Relatório de Conformidade, o que infringe o art. 18 inciso I e II, do anexo a Resolução nº 303/2002, com sanção prevista no art. 65 da Resolução nº 303/2002, combinado com o art. 173, inciso II da Lei nº 9.472/97.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010091700073

Em 21 de Julho 2010

Nº 6.308 - Processo nº 53578.001388/2006 - Aplicar-se à sanção de multa INFOCOM AMAZONAS LTDA, fabricante de produtos para Telecomunicações na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, a multa é no valor R\$ 2.575,00 (dois mil quinhentos e setenta e cinco reais), pela infração de uso de selo da Anatel em Produtos não homologados, conduta esta que infringe o preceito do art. 55, inciso V, alínea "b" do anexo à Resolução nº 242/2000, combinado com art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97.

Em 16 de Julho de 2010

Nº 6.165 - Processo nº 53581.000106/2001. Aplica-se à sanção de multa ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS UNIAO DA VITORIA - ASPROVU, entidade não outorgada, pelo uso não autorizado da radiofrequência, ao executar um serviço de telecomunicação equivalente ao Serviço Limitado Privado, na cidade de Jarú, no Estado de Rondônia, multa no valor R\$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavo), conduta esta que infringe o preceito do art. 163 da Lei nº 9.472 de 16 julho de 1997.

Em 16 de Julho 2010

Nº 6.136 - Processo nº 53587.000135/2010. - Aplicar-se à sanção de multa MARIA SUELY CORREA, executante do Serviço Limitado Privado na cidade Boa Vista, no Estado Roraima a multa e no valor R\$ 1.000,00 (um mil reais), pelas irregularidades de Transceptor operando com frequência diferente da autorizada na estação nº 690388250 e utilização de equipamentos sem certificação/homologação na estação nº 690388250, infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentares, respectivamente: Item 9.4 e 10.1 da Norma MC nº 13/97 art. 4º e 55, inciso V, alínea "b" do RCHPT, anexo à Resolução nº 242/2000.

ANTONIO LUIZ ALENCAR PANTOJA
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 42, DE 3 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.043332/2009. Aplicar à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Canoinhas/SC, a pena de multa no valor de R\$ 1.539,36, por contrariar o disposto na Portaria Interministerial nº 651/99 e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIA Nº 165, DE 9 DE ABRIL DE 2009

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.005441/2006. Aplicar à Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tracunhaém/PE, a pena de multa no valor de R\$ 2.129,81, por contrariar o disposto nos itens 14.2, 18.1.4, 18.2.9, 19.3 e 19.3.1 da Norma Complementar nº 01/04, art. 6º da Portaria MC nº 26/96 e arts. 5º e 40, incisos III, XIX e XXII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO
Substituto

PORTARIA Nº 242, DE 25 DE JUNHO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.015975/2009. Aplicar à Rádio Metropolitana Paulista Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mogi das Cruzes/SP, a pena de multa no valor de R\$ 26.600,07, por contrariar o disposto no art. 38, alínea "e" e 62, caput, do Código Brasileiro de Telecomunicações.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIA Nº 254, DE 30 DE JUNHO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.007359/2008. Aplicar à Associação Pirapemba de Promoção Social, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santana de Pirapama/MG, a pena de multa no valor de R\$ 2.098,26, por contrariar o disposto nos itens 14.2, 17.2, 18.3.1 e 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 01/04, arts. 1º § 1º, 18 e 21, inciso IV da Lei 9.612/98 e arts. 38 inciso II e 40, incisos III, XV e XXII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIA Nº 276, DE 8 DE JUNHO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.058737/2005. Aplicar à Kiss Telecomunicações Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá/SP, a pena de multa no valor de R\$ 3.067,60, por contrariar o disposto nos itens 5.2.1.1 e 7.1.3 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, art. 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

PORTARIA Nº 283, DE 10 DE JUNHO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.051764/2006. Aplicar à Rede Horizonte de Radiodifusão Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Belo Horizonte/MG, a pena de multa no valor de R\$ 4.693,45, por contrariar o disposto nos itens 5.2.1.1, 6.4.1 e 7.1.6 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos, art. 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

PORTARIA Nº 289, DE 10 DE JUNHO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.025328/2007. Aplicar à Rio Alegre Radiodifusão Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Maria da Vitória/BA, a pena de multa no valor de R\$ 2.944,91, por contrariar o disposto nos itens 3.2.3 e 3.2.7 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, art. 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

PORTARIAS DE 21 DE JUNHO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nº 237 - Processo n.º 53000.043470/2009. Aplicar à Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, a pena de multa no valor de R\$ 2.177,12, por contrariar o disposto no item 14.2 da Norma Complementar nº 01/04, art. 40, inciso XXII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 238 - Processo n.º 53000.030336/2008. Aplicar à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Marcelândia/MT, a pena de multa no valor de R\$ 1.206,89, por contrariar o disposto nos itens 14.2 e 17.2 da Norma Complementar nº 01/04, art. 18 da Lei nº 9.612/98 e art. 38, item II do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIAS DE 5 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Nº 58 - Processo n.º 53000.055364/2009. Aplicar à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Imbé/RS, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no art. 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 59 - Processo n.º 53000.0043898/2009. Aplicar à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Imbé/RS, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no art. 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIAS DE 8 DE ABRIL DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 107 - Processo n.º 53000.015176/2008. Aplicar à Rádio Tropical FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Birigui/SP, a pena de multa no valor de R\$ 964,11, por contrariar o disposto nos arts. 38, alínea "e" e 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 108 - Processo n.º 53000.001660/2008. Aplicar à Rádio Manguaba do Pilar Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pilar/AL, a pena de multa no valor de R\$ 736,23, por contrariar o disposto nos arts. 38, alínea "e" e 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 109 - Processo n.º 53000.032590/2008. Aplicar à Rádio Manguaba do Pilar Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pilar/AL, a pena de multa no valor de R\$ 701,17, por contrariar o disposto nos arts. 38, alínea "e" e 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 110 - Processo n.º 53000.006022/2008. Aplicar à Rádio Manguaba do Pilar Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pilar/AL, a pena de multa no valor de R\$ 736,23, por contrariar o disposto nos arts. 38, alínea "e" e 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Nº 214 - Processo n.º 53000.036945/2009. Aplicar à Associação Cultural Tolentino Rosa Saldanha de Rio Verde, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Verde/GO, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto nos arts. 18 e 21, incisos IV da Lei 9.612/98 e art. 40, caput e inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 215 - Processo n.º 53000.055344/2007. Aplicar à Rádio Stereo FM Lagoa Santa Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa/MG, a pena de multa no valor de R\$ 1.831,79, por contrariar o disposto nos itens 6.4.1 e 7.2.1, alínea "I" do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, art. 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações e art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos Magnéticos e Eletromagnéticos.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA
Interina

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 20, DE 16 DE JULHO DE 2010

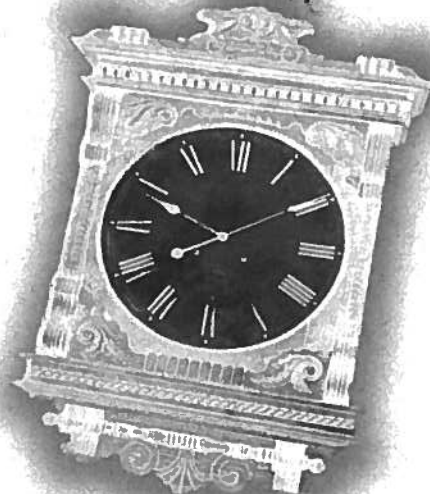
O COORDENADOR GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.017793/2005 resolve:

Revogar a Portaria CGEO/MC nº 9 de 12 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2010 - Seção I - pág. 49, que aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., no município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, utilizando o canal 35 (trinta e cinco).

LUCIANO ALVES CORGOSINHO

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.029319/2015-24**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**

Em atenção ao Memorando nº 1004/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

| Descrição | Nº Processo | Situação Atual |
|--|-------------------|---|
| Registros de PAIs ativos | | NADA CONSTA. |
| Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*) | 53000.030336/2008 | <ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0552096);• Portaria nº 238, de 21/06/2010, publicada no Diário Oficial da União de 17/09/2010 - MULTA (0552128);• Infração: itens 14.2 e 17.2 da Norma Complementar nº 01/04, art. 18 da Lei nº 9.612/98 e art. 38, item II do Decreto nº 2.615/98 (data de ocorrência: 26/05/2008). |

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas, em 01/07/2015, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0552141** e o código CRC **F8D17C23**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 5948/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.046500/2013-87**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Marcelândia/MT**, por meio da Portaria nº **636**, publicada no DOU de 16/10/2000, e Decreto Legislativo nº **383**, publicado no DOU de 31/07/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 31/07/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, protocolado em 02/08/2013 e postado em 29/07/2013 (doc. 0098291, páginas 02 e 61), nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE
MARCELÂNDIA

QUADRO DIRETIVO

JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA - Presidente

WAGNER CID DA CUNHA - Vice Presidente

VERONISSE ANSELMO DE SOUZA FABRIM - 1ª Secretária

VALMIR DA SILVA OLIVEIRA - 2º Secretário

RODINEI GARCIA ALVES - Tesoureiro

PAULINO TARCILIO BORGES - 2º Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

| ITEM | | ANÁLISE |
|------|---|--|
| 1. | Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011. | Ok, páginas 92 a 100 do evento SEI 0098291 |
| 2. | Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. | Ok, páginas 02 do evento SEI 0344208 do documento 53900.004023/2015-09 |
| | | Ok, páginas 07 a 12 do evento SEI |

| | | |
|----|---|---|
| 3. | Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes. | 0344208 do documento 53900.004023/2015-09 |
| 4. | Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | Ok, página 05 do evento SEI 0098291 |
| 5. | Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel. | Ok, página 09 do evento SEI 0098291 |
| 6. | Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual. | Ok, página 07 do evento SEI 0098291 |
| 7. | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora. | Ok, páginas 31 do evento SEI 0098291 |

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0552141 processo anexado 53900.029319/2015-24.

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.046500/2013-87**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **31/07/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Marcelândia/MT**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-87 e nº 53690.001137/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 07/07/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 07/07/2015, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0425881** e o código CRC **240D1410**.

Minutas e Anexos



**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| | DOCUMENTOS | SIM | NÃO | Fls. / nº do doc. |
|------|--|-----|-----|----------------------------|
| | | | | |
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | |
| 1.1. | O requerimento é tempestivo? | | | |

| | | | | |
|-----|---|--|--|--|
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | | | |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | | | |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | | | |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | | | |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | | | |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | | | |
| 9 | Relatório de apuração de infrações. | | | |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | | |

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano**, Consultor



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

DESPACHO

Processo n.: 53000.046500/2013-87

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0590161), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

| | DOCUMENTOS | SIM | NÃO | PÁGINA E EVENTO SEI |
|-----|---|-----|-----|--|
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | x | | Ok, páginas 02 e 61 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 1.1 | O requerimento é tempestivo? | x | | |
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | x | | Ok, página 05 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | x | | Ok, página 09 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | x | | Ok, página 07 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | x | | Ok, páginas 92 a 100 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas | x | | Ok, páginas 02 do evento SEI <u>0344208</u> do documento 53900.004023/2015-09 |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | x | | Ok, páginas 07 a 12 do evento SEI <u>0344208</u> do documento 53900.004023/2015-09 |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | x | | Ok, páginas 31 do evento SEI <u>0098291</u> |
| 9 | Relatório de apuração de infrações | x | | Evento SEI <u>0552141</u> processo 53900.029319/2015-24 |

| | | | | |
|-----|--|--|---|--|
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | x | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | x | |



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0590166** e o código CRC **949F9717**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3633/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-87 e nº 53690.001137/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644993** e o código CRC **B7A3B796**.

PORTARIA Nº 3633/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-87 e nº 53690.001137/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644993** e o código CRC **B7A3B796**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046500/2013-87, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Marcelândia/MT**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0645014** e o código CRC **750E7D21**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.046500/2013-87**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **31/07/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Marcelândia/MT**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0645014** e o código CRC **750E7D21**.



Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.632, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-38 e nº 53710.000584/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL COMUNITÁRIA DE BRASÍLIA DE MINAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brasília de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.633, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046500/2013-87 e nº 53690.001137/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.876, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53900.008491/2015-44, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SERRA AZUL LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de Palmas, Estado do Tocantins, por meio do canal 15- (quinze decalado para menos), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

| LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL | | | |
|---|--|--------------------------|-----------------------------|
| Logradouro: | Quilômetro 101, Avenida NS 2 - Conjunto 2, Lote 9/10 | Bairro: | Plano Diretor Norte |
| CEP: | 77001-006 | Localidade: | Palmas |
| UF: | TO | Coordenadas Geográficas: | 10° 10' 45"S; 48° 20' 0,8"W |

| TRANSMISSOR PRINCIPAL | | |
|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Fabricante: | | |
| Modelo: | Potência de Operação: | Certificação: |
| | 0,40 kW | |

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,40 kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

| SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL | | | | |
|------------------------------|------------|---------------------------|-------------------|--|
| Fabricante: | IF telecom | Modelo: | IFSLU-4-360-15-05 | |
| Cola Base da Torre: | 260 m | Altura Centro Geométrico: | 30 m | |
| Azimute de Orientação: | 0° NV | Beam-tilt: | 2° | |
| Ganho max.: | 7,63 dBi | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082500060

PORTARIA Nº 3.634, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070749/2013-11 e nº 53650.002943/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/08/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DEPUTADO WALFRIDO MONTEIRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Icó / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.638, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062558/2013-78 e nº 53790.001038/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ESTÂNCIA VELHA - AERCOM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Estância Velha / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.639, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058385/2013-93 e nº 53830.002799/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA CRAVINHOS FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cravinhos/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.635, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052005/2013-15 e nº 53710.000785/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE DORES DE CAMPOS - ASCAD, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dolores de Campos/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.640, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040135/2013-05 e nº 53710.001491/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Espinosa / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

| | | |
|----------------|--------------|----------|
| Tipo: | Polarização: | ERP max: |
| OMNIDIRECIONAL | Horizontal | 1,59 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------|----------------------------|--------------|
| Fabricante: | Modelo: | | |
| Andrew - Commscope | LDF7-50A | | |
| Comprimento: | Eficiência: | Impedância Característica: | Atenuação: |
| 45 m | 68,4 % | 50 Ohms | 2,55 dB/100m |

| POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP _{AZ}) | | |
|---|-------------|------------------------|
| AZIMUTE (°) | ALTURA* (m) | ERP _{AZ} (kW) |
| 0 | 54 | 1,14 |
| 30 | 46 | 1,36 |
| 60 | 133 | 0,96 |
| 90 | 166 | 1,45 |
| 120 | 67 | 1,03 |
| 150 | 18 | 0,98 |
| 180 | 40 | 1,16 |
| 210 | 74 | 0,98 |
| 240 | 70 | 1,03 |
| 270 | 66 | 1,45 |
| 300 | 67 | 0,96 |
| 330 | 74 | 1,36 |

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimuth considerado.

PORTARIA Nº 3.880, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.030901/2012-34, resolve:

Art. 1º Autorizar SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 48E (quarenta e oito, educativo), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.046500/2013-87

Referência: Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.633, de 19/08/2015, que "*Renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Marcelândia-MT*", restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:51, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0685910** e o código CRC **701BB1B0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.046500/2013-87**

Entidade: **Associação Comunitária Cultural E Folclórica de Marcelândia**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3633, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Marcelândia/MT**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.046500/2013-87**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0691093** e o código CRC **5663A933**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.046500/2013-87

Interessado: Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0769380** e o código CRC **5806307A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por camilla.tavares, versão 4 por camilla.tavares em 15/10/2015 09:59:48.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046500/2013-87, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0777157** e o código CRC **E83171EB**.

Criado por denielle.silva, versão 3 por denielle.silva em 20/10/2015 09:02:38.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046500/2013-87, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Marcelândia/MT.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO

17 FEV 2016

Hora: 6:00

Funt.: cargo

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.

2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.

3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

SI
M

NÃ
O

Fls. /
nº do
doc.

1 Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.

1.

 O requerimento é tempestivo?

2 Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.

4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.

5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.

6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9 Relatório de apuração de infrações.

9. Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de
1 autorização?

9. Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à

renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque